




## CARACTERIZAÇÃO DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO PARA SUBSIDIAR AS AÇÕES RESTAURATIVAS

●



## MUSEU CASA HISTÓRICA DE ALCANTARA E ANEXO

FEVEREIRO 2018

**Arqueólogo responsável: Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira**



### IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Caracterização do potencial arqueológico para subsidiar as ações restaurativas dos sobrados nº 7 e nº 15, em Alcântara - MA: Museu Casa Histórica de Alcântara e Anexo

### Vinculação institucional do arqueólogo

<b>Instituição</b>	Centro Universitário de Ciências Humanas, Naturais, Saúde e Tecnologia – UFMA – Campus de Pinheiro - MA
<b>Endereço</b>	Estrada Pinheiro/Pacas, Km 10, s/n – Bairro Enseada. Pinheiro – MA - CEP 65200-000
<b>Fone</b>	(98) 3381-3839
<b>Diretor do centro</b>	Prof. Dr. Rickley Leandro Marques
<b>E-mail</b>	rickleymarques@hotmail.com

### Responsabilidade Técnica pelo Projeto

<b>Nome</b>	Prof. Dr. Arkley Marques Bandeira
<b>Vínculo Institucional</b>	Docente do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas: habilitação História – UFMA – Pinheiro.
<b>Endereço</b>	Rua dos Juritis, Lote 2, Ed. Mirela. Apto 802, Jardim Renascença, São Luís – MA. CEP 65075-240
<b>E-mail</b>	<a href="mailto:arkleybandeira@hotmail.com">arkleybandeira@hotmail.com</a> e <a href="mailto:arkley.bandeira@ufma.br">arkley.bandeira@ufma.br</a>
<b>Telefone</b>	(98) 98400 4228

### Equipe Executora

<b>Pesquisador</b>	<b>Titulação/Vinculação</b>	<b>Atuação no projeto</b>
Arkley Marques Bandeira	Arqueólogo – Doutor – UFMA - Pinheiro	Coordenação Geral e responsável técnico pelo projeto E-mail: <a href="mailto:arkleybandeira@hotmail.com">arkleybandeira@hotmail.com</a>
Márcio Rodrigo da Silva Pereira	Arquiteto, Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Planejamento urbano e regional	Plantas, desenhos e pesquisa sobre território e comunidades <a href="mailto:marciopereira@mpma.mp.br">marciopereira@mpma.mp.br</a>
Fernanda Oliveira de Souza	Historiadora	Levantamento documental E-mail: <a href="mailto:fernanda_oliveiras@hotmail.com">fernanda_oliveiras@hotmail.com</a>



## SUMÁRIO

Identificação do projeto	02
Introdução	04
1 Arqueologia como área do conhecimento	05
2 Contexto e desenvolvimento da arqueologia histórica	06
2.2 Temas de estudo	07
3 A pesquisa arqueológica em Alcântara	08
3.1 A formação etnohistórica de Alcântara	17
3.2 A formação histórica de Alcântara	28
4 Justificativa para a aplicação da arqueologia no estudo de sítios arqueológicos e para fins de intervenção arquitetônica	34
4.1 Arqueologia e Arquitetura: metodologia para a integração e resultados	36
4.2 Possíveis áreas a serem trabalhadas pela arqueologia	39
5 Recomendações	52
6 Encaminhamentos	53
Referências bibliográficas	55



## INTRODUÇÃO

Este documento apresenta as diretrizes gerais para realização da pesquisa arqueológica com vistas a subsidiar as ações restaurativas dos sobrados nº 7 e nº 15, em Alcântara – MA, que correspondem ao Museu Casa Histórica de Alcântara e Anexo, sobretudo, nas áreas onde ocorrerão intervenções de engenharia, que poderão levar a exposição de testemunhos arqueológicos desconhecidos.

Para tanto, foi realizada a caracterização arqueológica do município de Alcântara, a importância da arqueologia enquanto área do conhecimento e o papel da arqueologia nas atividades de restauro de sítios históricos. Em seguida, apresentaremos as justificativas para realização do projeto, enfocaremos as possíveis metodologias a serem indicadas e finalizaremos com a caracterização do objeto a ser investigado, bem como nossas recomendações e encaminhamentos.

## 1 ARQUEOLOGIA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO

A arqueologia é uma ciência social que busca explicar o que aconteceu com grupos humanos no passado, inferindo comportamento e ideias, a partir dos materiais remanescentes do que as pessoas fizeram e usaram e do impacto físico de sua presença no meio ambiente (TRIGGER, 2004), tendo como principal objeto de estudo a cultura material.

O conceito de cultura, segundo Geertz (2001), é expresso como um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções que governa o comportamento. Dessa forma, a cultura é um contexto e é através do fluxo do comportamento, a ação social, que as formas sociais encontram articulação. O verbete material deriva de matéria, contempla, segundo o Dicionário *Melhoramentos* (2002), tudo o que pertence ou se refere à matéria ou que é formado de matéria.

A partir desses dois conceitos, recorre-se a Menezes (1984) que percebe a cultura material como o segmento do meio físico que é socialmente apropriado. Apropriação essa que segue padrões sociais. Neste sentido, a cultura material é o próprio suporte material, físico, concreto da produção e reprodução da vida social. Logo, a arqueologia busca reconstituir o passado humano a partir de seus traços materiais, artefatos, estruturas, construções, obras de arte, alterações no meio ambiente, comércio, dados somáticos e biológicos (SOUZA, 1997).

A escavação é a principal, mais não a única forma de aquisição da documentação arqueológica, entretanto, possui uma importância crucial na *práxis* e na reflexão metodológica da disciplina (FUNARI, 1995). Contudo, apenas evidenciar testemunhos materiais do passado não basta para o fazer científico desse campo do saber. Ademais, a primazia da pesquisa arqueológica está centrada em esclarecer como e porque as coisas ocorreram e mudaram no passado e qual o papel dos grupos humanos na condução desses aspectos, tendo como base de estudo a cultura material. Dada a complexidade dessa tarefa, a arqueologia não se organiza de forma isolada e, na busca para compreender aspectos do passado, a abordagem interdisciplinar é crucial para o desenvolvimento da disciplina, sobretudo, quando essa ciência é aplicada para responder questões contemporâneas reais, a exemplo do seu uso no âmbito do licenciamento ambiental ou em atividades de restauro de bens móveis.





## 2 CONTEXTO E DESENVOLVIMENTO DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA

A Arqueologia Histórica pode ser entendida como um ramo da Arqueologia, que, majoritariamente, estuda as sociedades letradas e que possuem registros escritos ao seu respeito. Essa disciplina vem se debruçando em temáticas variadas, cujo foco é compreender os modos de vida e os processos sociais das sociedades em tempos históricos (FUNARI, 2009, ZARANKIS, 2007, SOUTH, 2002), como partilhado por Orser Jr (2000), que a compreende como um ramo da arqueologia que investiga os aspectos materiais, culturais e sociais em tempos históricos. Tais aspectos são efeitos do mercantilismo e do capitalismo trazidos da Europa para América nos finais do século XV e que continuam em ação até os dias de hoje.

O desenvolvimento da Arqueologia Histórica na América do Sul e, conseqüentemente, no Brasil, está estritamente relacionado com a Arqueologia Histórica praticada em países de língua inglesa, principalmente os Estados Unidos. Nos EUA, a partir da segunda metade do século XX, essa especialidade foi considerada uma disciplina orientada ao estudo e pesquisa do passado europeu no Novo Mundo, ainda nas décadas de 1960 e 1970. Desse modo, a Arqueologia Histórica nos seus primórdios teve um caráter fortemente contrastante com a arqueologia Pré-histórica ou Pré-colonial, essa última, voltada fundamentalmente para o estudo de populações nativas já desaparecidas, alicerçada na antropologia de Franz Boas, do início do século XX.

Ao longo do tempo, a Arqueologia Histórica foi definida de diversas formas, inclusive, gerando controvérsias entre os próprios arqueólogos, no que concernem seu campo de atuação, horizonte temporal, objeto de estudo, grau de relação com disciplinas próximas, etc.

Ao que pese toda essa problemática, é ponto inconteste que a Arqueologia Histórica investiga a cultura material associada a períodos históricos, que na América, seria o espaço de tempo iniciado com a chegada dos Europeus, que trouxeram consigo ideias e concepções de mundo contrastantes com as encontradas entre os povos nativos residentes no Novo Mundo do século XVI, a exemplo de um novo sistema de escrita, crenças, organização econômica, política e social, hábitos alimentares, etc.

Esse novo modo de vida resultou em transformações tão profundas entre os povos nativos que em pouco mais de 100 anos ocasionou o desaparecimento de incontáveis culturas e milhares de vidas, resultando em uma perda de diversidade social, cultura e linguística sem precedentes no mundo até o momento.

Mais recentemente, alguns autores ampliaram o enfoque da Arqueologia Histórica, a exemplo de Charles Oser, Noel Hume, James Deetz, Schuyler, entre outros,



considerando-a como uma área do conhecimento capaz de interpretar fatos e evidências do passado histórico, a partir da associação da documentação produzida intencionalmente pelas sociedades a seu respeito (cartas, mapas, documentação administrativa, relatos orais, etc.) e a cultura material.

Atualmente, a Arqueologia Histórica produz informações acerca do advento do mundo moderno, iniciado com a expansão dos europeus no século XV, perpassando pela transição do sistema mercantilista para o capitalista, consolidado com a fixação dos europeus nos primeiros núcleos urbanos, vilas e fortificações nas áreas colonizadas.

No Brasil, ele vem conduzindo programas de investigações próprios voltados para construir vias de conhecimento alternativas em relação ao passado histórico que está sacramentando na documentação escrita oficial. Em muitos casos, a Arqueologia Histórica, inclusive, auxilia na reinterpretação de episódios históricos que eram dados como “verdades absolutas” nas narrativas mestras, contribuindo para uma multiplicação de visões e olhares acerca do passado.

Tais vias estão alicerçadas em como compreender o processo de chegada, fixação e dispersão dos europeus pelo território nacional e suas relações com os povos nativos, a partir da leitura da cultura material e documentação escrita. Esse novo momento fortemente contrasta com que era praticado, entre os anos 60 e 70, onde a disciplina estava voltada para buscar correlatos materiais de documentos escritos, identificar estruturas e objetos de valor histórico e auxiliar em trabalhos de restauração.

## 2.2 Temas de estudo

Os principais temas de estudo na atualidade orientam-se para diversas temáticas voltadas para compreender os processos sociais e culturais do passado, a partir da expansão europeia no Novo Mundo, cujas temáticas giram em torno do colonialismo, mecanismos de dominação e resistência, interação com os povos nativos, interiorização, rotas, formas econômicas e políticas, adaptação ao meio ambiente, criação dos primeiros núcleos habitacionais, estudo de portos e equipamentos públicos, vias de comércio, sistemas de produção, expansão das cidades coloniais e, até mesmo, projetos visionários, a exemplo do *Tucson Garbage Project*<sup>1</sup>.

Além disso, é comum observar na bibliografia especializada temas frequentes em Arqueologia Histórica, a exemplo dos que se seguem:

---

<sup>1</sup> O *Tucson Garbage Project* (Projeto do Lixo de Tucson), no Arizona, estuda o lixo doméstico contemporâneo com vistas a entender padrões de consumo e comportamento das sociedades e indivíduos, identificando comportamentos de descartes na cidade, demonstrando diferenças étnicas e econômicas das sociedades atuais (RATHJE et al., 1992).



TEMAS	CARACTERIZAÇÃO
Arqueologia colonial	Temática de maior interesse nas pesquisas, que visa entender a ocupação europeia no Brasil, que envolve o processo de colonização, urbanização, vida cotidiana, missões religiosas, relações com os nativos.
Arqueologia urbana	Temática fortemente associada ao surgimento da Arqueologia Histórica e se refere ao estudo da ocupação europeia em vilas, aldeamentos, cidades, fortificações.
Arqueologia de Fortificações e assentamentos militares	Relaciona-se com as edificações voltadas para a manutenção e resguardo militar da colonização em relação aos povos nativos e nações inimigas. Tais edificações originaram muitas cidades coloniais atuais que eram protegidas pelas muralhas de tais edifícios.
Religiosa, Reduções jesuíticas e missionárias	Relaciona-se com a presença de missões religiosas e seu papel na catequização e consolidação da fé cristã entre os nativos. Estuda igrejas, capelas, cemitérios, missões e o imaginário associado a esses processos.
Engenhos e plantation	Relaciona-se ao estudo dos primeiros assentamentos voltados para produção e beneficiamento de produtos de matérias-primas locais. Esses produtos estavam voltados para a agro exportação e consumo interno, principalmente gêneros de primeira necessidade.
Subaquática	Estuda sítios históricos submersos, naufrágios ou outros bens de natureza histórica – arqueológica que estejam sob as águas.
Industrial	Estuda os processos de organização e funcionamento da sociedade capitalista, principalmente em relação à manufatura e industrialização da produção em tempos históricos. Aborda sistemas complexos de produção e seus meios e modos de produzir bens de valor comercial.
Jardins, praças e parques	Estuda obras públicas relacionadas com o paisagismo, a exemplo de parques, jardins, zoológicos, fontes, chafarizes, etc.
Sítios de mineração	Temática voltada para a investigação de minas e todo o processo envolvido com a mineração, a exemplo da exploração, extração dos minerais, estruturas envolvidas.
Arqueologia dos povos afro - descendentes	Envolve o estudo de minorias étnicas oriundas do tráfico atlântico de escravos oriundos do continente africano, abordando aspectos identitários, representações na cultura material, ressignificações, religiosidade, etc.
Arqueologia da Repressão e Ditadura Militar	Auxilia na identificação de espaços de repressão, relacionado com os mecanismos envolvidos na tortura, assassinato, desaparecimento, contribuindo para a localização e identificação de corpos de presos políticos assassinados.
Arqueologia da Arquitetura	Auxilia em atividades de restauro de centro urbanos e edifícios, seja na requalificação e adaptação de espaços, identificação de sistemas construtivos, evidencição de estruturas soterradas, etc.

### 3 A PESQUISA ARQUEOLÓGICA EM ALCÂNTARA

Apesar do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Alcântara ter sido tombado pelo IPHAN como patrimônio nacional, em 1948<sup>2</sup>, com a sua inscrição do Livro do

<sup>2</sup> Com relação aos bens protegidos, de acordo com a Lista de Bens Inscritos nos Livros do Tombo (1938 – 2012), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Alcântara encontra-se tombado pelo patrimônio nacional nos seguintes Livros do Tombo: Livro Belas Artes Nº inscr.: 521; Vol. 1; F. 095; Data: 10/10/1974; Livro Histórico Nº inscr.: 254; Vol. 1; F. 043; Data: 29/12/1948 e Livro. Arqueológico/Etnográfico/Paisagístico. Nº inscr.: 067; Vol. 1; F. 015; Data: 10/10/1974, conforme Processo 0390-T-48, que decreta a cidade como Monumento Nacional pelo Decreto nº 26.077, de 22/12/48.





Tombo Histórico, a regulamentação do perímetro tombado só ocorreu na década de 1990, visto que no processo original os limites da proteção não estavam bem definidos, dando a entender que todo o município era considerado um bem nacional, inclusive a zona rural e as áreas quilombolas.

Soma-se a isso, um aspecto muito importante que quase sempre é esquecido quando se menciona o tombamento de Alcântara: o fato de que em outubro de 1974 o IPHAN inscreveu o conjunto arquitetônico e urbanístico de Alcântara em mais dois livros: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e o Livro do Tombo das Belas Artes. Tais medidas protetivas foram ratificadas pela Lei Federal nº 244, de 10 de outubro de 1997, que estabeleceu a proteção do conjunto arquitetônico e paisagístico de Alcântara, definiu seus limites e regulamentou a ocupação e uso do solo, sendo que em 2004, o IPHAN passou a considerar a importância de Alcântara como de valor cultural, histórico, artístico, paisagístico, urbano e arqueológico, aglutinando cerca de 400 imóveis, ruas, espaços públicos, fontes, etc.

Isso quer dizer que toda e qualquer intervenção que venha impactar o solo no perímetro protegido, como também no traçado urbanístico e no conjunto arquitetônico, o poder público deve levar em consideração a importância da arqueologia para a compreensão e proteção da cidade, portanto, deve exigir a realização de pesquisas arqueológicas preventivas associadas as intervenções arquitetônicas e urbanísticas.

Na prática, isso não ocorre e cotidianamente o corpo jurídico e as leis de proteção e preservação municipais, estaduais e federais são colocadas em cheque pela falta de cumprimento e fiscalização. Tanto que apesar de muitos projetos interventivos, estatais ou não, já terem ocorrido em Alcântara, o conhecimento arqueológico é muito incipiente e fragmentado, denotando que poucas pesquisas de cunho arqueológico foram realizadas no município.



Figura 1 – Praça da matriz de São Matias, em Alcântara – MA. Foto: Arkley Bandeira, 2017.

Essa assertiva pode ser confirmada quando buscamos por portarias de pesquisas arqueológicas no *site* do IPHAN e encontramos poucas iniciativas relacionadas com Alcântara. Os poucos exemplos encontrados referem-se alguns projetos financiados pelo IPHAN no âmbito do restauro de bens imóveis, a exemplo da Igreja de Santa Quitéria e do Forte de São Sebastião, além de estudos de licenciamento ambiental, a exemplo da pesquisa de arqueologia preventiva feita na área de expansão do CLA – Alcântara ou na área de implantação de uma nova área de lançamento de foguetes chamada de *Cyclone 4*.

Outra base de dados que serve de referência para consulta é o Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA – IPHAN, que reúne as informações de todos os sítios arqueológicos conhecidos no Brasil. Para Alcântara foram identificados apenas 3 sítios arqueológicos oficialmente reconhecidos pelo poder público:

- **Sítio Arqueológico 1 – Alcântara** - corresponde ao conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Alcântara (centro histórico, ruínas do entorno), sendo, portanto, um sítio arqueológico histórico. A justificativa para considerar toda a cidade um sítio arqueológico foi fornecida pelo responsável pelo registro: “ruínas da cidade de Alcântara, tombada pela SPHAN em 1948”. Cadastrado

*[Handwritten signature]*



como sítio arqueológico histórico do modo global, até que sejam feitas prospecções” (Ficha CNSA – 013 – responsável pelo registro Regina Galante Pinheiro, em 27 de julho de 1998);

- **Sítio Arqueológico 2, denominado de Pepital** - trata-se de sítio pré-colonial a céu aberto, formado por material lítico lascado e cerâmico. Foi localizado nas atividades de licenciamento ambiental das Áreas de Intervenção do Projeto Cyclone 4 (Ficha CNSA – 014 – responsável pelo registro Fernanda de Araújo Costa, em 08 de outubro de 2009);
- **Sítio Arqueológico 3, denominado de Peru** - trata-se de sítio histórico com material em superfície. Foi localizado nas atividades de licenciamento ambiental das Áreas de Intervenção do Projeto Cyclone 4 (Ficha CNSA – 015 – responsável pelo registro Fernanda de Araújo Costa, em 08 de outubro de 2009).

Além do registro de sítios arqueológicos situados Alcântara, o banco de portarias do IPHAN indicou a realização de algumas pesquisas no município, conforme se seguem:

- **Portaria 1 - número da Portaria: 77/01:**

Denominação: Estudos Ambientais do Atracadouro de Cargas de Alcântara e de sua Via de Acesso

Arqueólogo Coordenador: Igor Chmyz

Superintendência de Origem: Superintendência do IPHAN no Maranhão

Data da Publicação: 09/08/2001

Município: Alcântara/MA

Instituição Executora: Centro de Estudos e Pesquisas arqueológicas da Universidade Federal do Paraná

- **Portaria 2 - número da Portaria: 69/02:**

Denominação: Estabilização e Consolidação das Ruínas do Barão Mearim em Alcântara/MA e Restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo em Alcântara/MA.

Arqueólogo Coordenador: Maria Bernadete Porto, Vandi Rodrigues Falcão, Stella Regina de Brito, Pedro Paulo da Cruz Rocha.



Data da Publicação: 26/04/2002

Município: Alcântara/MA

- **Portaria 3 – número da Portaria: 81/04:**

Denominação: Projeto de execução de prospecção arqueológica na ruína da Igreja de Santa Quitéria - Alcântara - Maranhão.

Arqueólogo Coordenador: Deusdedit Carneiro Leite Filho

Superintendência de Origem: Superintendência do IPHAN no Maranhão

Data da Publicação: 17/03/2004

Município: Alcântara/MA

Cobertura Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão da Gerência de Estado da Cultura do Governo do Estado do Maranhão.

Somam-se a essas iniciativas, algumas referências obtidas em processos depositados no arquivo da Superintendência do IPHAN do Maranhão, conforme relatadas a seguir:

- **Atividade 1 – Prospecção Arqueológica no Município de Alcântara.** Pesquisa realizada sem abertura de processo, datada de 1989. Este estudo é referente ao Grupo de Trabalho de Alcântara (GTA) e descreveu atividades prospectivas no perímetro urbano de Alcântara, realizado por Deusdedit Carneiro Leite Filho. O objetivo do estudo foi delimitar o perímetro do sítio histórico da cidade, com metodologias não interventivas e interventivas para documentação e registro do sítio;
- **Atividade 2 – Reconhecimento Arqueológico de Alcântara.** Pesquisa realizada sem abertura de processo, datada de 1990, realizada por Paulo DeBlasis, a pedido do Ministério da Cultura e Grupo de Alcântara. O objetivo do estudo foi delimitar o perímetro do sítio histórico da cidade, com metodologias não interventivas e interventivas para documentação e registro do sítio. Os resultados apontaram para camadas de aterro histórico, indo de 60 cm a 100 cm de profundidade. Abaixo do horizonte histórico foi relatada a presença de material arqueológico pré-colonial, como lascas em sílex, lâminas de machado polidas e cerâmica. O relatório apontou para existência de material Tupinambá, possivelmente oriundo da aldeia de Tapuitapera;

- **Atividade 3 – Relatório de Controle Ambiental (RCA) Complementar do CLA.** Este estudo foi anexado ao processo 01494.000134/1999-47. Estudo protocolado em 2012 que relata as atividades da Dossel Ambiental, IDS e CLA para regularizar e complementar o licenciamento ambiental das futuras instalações. No tocante a arqueologia indicou que foram encontradas 9 (nove) áreas com presença de materiais arqueológico detectadas na área do Complexo Terrestre Cyclone 4.
- **Atividade 4 – Relatório do Atracadouro de Cargas do Centro de Lançamento e Vias de Acesso.** Este estudo encontra-se no processo 01494.000193/2001-46. Em 2001 foi protocolado no IPHAN o Estudo Ambiental do Atracadouro, realizado por Igor Chymz, a pedido do CLA e AEB. O laudo apontou a existência de 11 (onze) locais com materiais arqueológicos, sendo 9 (nove) pontos na via de acesso e 2 (dois) pontos no retroporto, todos na área diretamente afetada pelo empreendimento. A deposição do material se deu em superfície e subsuperfície, do período pré-colonial, possivelmente associado a grupos Tupiguaranis e materiais do período histórico;
- **Atividade 5 – Projeto de Salvamento Arqueológico na área de infraestrutura do Centro Espacial de Alcântara.** Projeto de autoria de Dilamar Candida Martins, da Universidade Federal de Goiás. Este documento deu entrada no IPHAN em 2005 e não estava vinculado a nenhum processo. O mesmo objetivou obter portaria para resgate de sítios arqueológicos do CLA, sem informar quantos e quais são eles.
- **Atividade 6 – Vistoria em área de exploração de jazidas no município de Alcântara.** Documento vinculado ao processo 01494.000211/2006-02. Trata da vistoria realizada pelo arqueólogo do IPHAN, Júlio Steglich em quatro jazidas que seriam exploradas. Nenhum material arqueológico foi identificado;
- **Atividade 7 – Licenciamento Ambiental da Cyclone 4.** Documento vinculado ao processo 01494.000150/2004-11. Trata-se de minuta para realização do EIA – RIMA do Complexo Terrestre Cyclone 4, onde o Sr. Rogério Dias, Gerente do Patrimônio Arqueológico e Natural solicita a incorporação de outros procedimentos que faltavam na peça;
- **Atividade 8 – Instalação do Complexo Terrestre Cyclone 4.** Documento vinculado ao processo 01494-000105/2009-63, de autoria de Lucia Julianni, da A lasca Consultoria. É apresentado o Diagnóstico Arqueológico, com levantamento dos aspectos históricos e culturais e reconhecimento de campo,





sem realização de intervenções. Foram detectadas três áreas com ocorrências arqueológicas na Área de Influência Direta do Empreendimento, caracterizadas como fragmentos cerâmicos. Na Área Diretamente Afetada foram identificados vestígios históricos e estruturas, a exemplo de pisos batidos de antigas edificações, cerâmicas, louças, vidros, metais, madeira, etc. Foi identificado um cemitério da antiga comunidade do Peru;

- **Atividade 9 – Projeto de Arqueologia Preventiva para Instalação do projeto Cyclone 4.** Documento vinculado ao processo 01494.000408/2009-86. Estudo de autoria da Scientia Consultoria Científica, a pedido da Cyclone Space. A portaria para o estudo foi emitida em 14 de setembro de 2009, de número 6. A prospecção arqueológica interventiva identificou e delimitou dois sítios arqueológicos, denominados de Pepital e Peru. O encaminhamento dado para os sítios foi transferir o canteiro de obras para evitar o impacto no sítio Pepital e desviar a obra para não impactar o sítio Peru. Além do aspecto arqueológico, foi encaminhado projeto de educação patrimonial, com a implantação de um sítio escola na região; o Programa de Registro e Valorização do Patrimônio Histórico e Multicultural da área de influência do complexo terrestre Cyclone 4 e projeto de Sinalização dos sítios arqueológicos identificados na área do empreendimento. Até o fechamento do processo o cumprimento dessas condicionantes não constava no processo e o IPHAN se manifestou sobre o não cumprimento das mesmas.
- **Atividade 10 - Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo das áreas onde serão implantadas as obras complementares no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) – MA,** de março de 2013, com a coordenação de Arkley Marques Bandeira;
- **Atividade 11 – Levantamento Topográfico e Geofísico do Forte São Sebastião, em Alcântara – MA,** realizado a pedidos do IPHAN – MA, com a coordenação de arqueologia sob a responsabilidade de Arkley Marques Bandeira.

Com relação às pesquisas arqueológicas realizadas pelo IPHAN para fins de restauro ou caracterização do potencial arqueológico de algumas edificações, este arqueólogo participou de algumas iniciativas, sendo que o primeiro estudo arqueológico mais sistemático em Alcântara ocorreu nas ruínas da Igreja de Santa Quitéria, situada à Rua da Amargura, nas proximidades do Forte de São Sebastião.

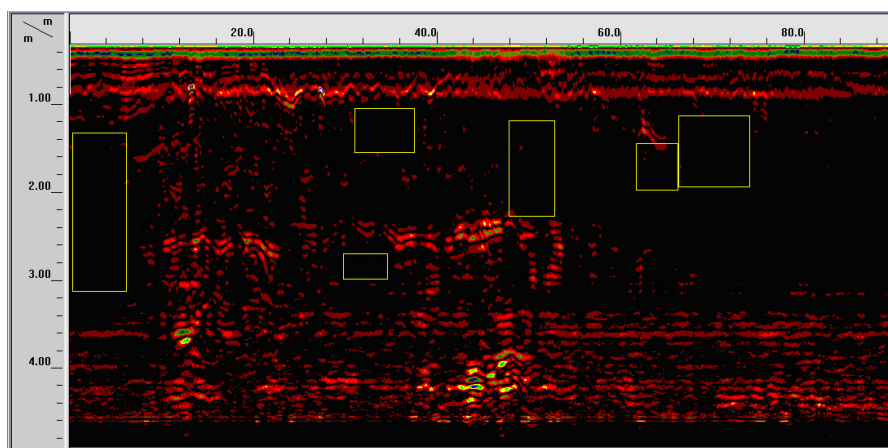




Figuras 2, 3 e 4 - Ruínas da Igreja de Santa Quitéria evidenciadas após escavação arqueológica. Fotos: Arkley Bandeira, 2004.

Os objetivos da pesquisa foram evidenciar e comprovar a existência da Igreja de Santa Quitéria, referenciada na literatura dos séculos XVIII e XIX, mediante as técnicas da arqueologia, que permitiram identificar, mapear e registrar toda a planta baixa da ruína, que estava sob entulhos e lixo, norteando as atividades de consolidação de toda estrutura da ruína. Com relação à cultura material coletada no sítio foram observados exemplares de louça, vidraria, ferragens e elementos construtivos remanescente do período de existência da igreja e de seu abandono, entre os séculos XVIII, XIX e XX.

Em 2008, o IPHAN – MA contratou os serviços técnicos para realização de Diagnóstico Arquitetônico, Urbanístico e Histórico do Forte São Sebastião, Alcântara – MA. Nesse estudo foi feito o relatório do potencial histórico e arqueológico da edificação e seu entorno, com o registro dos canhões e de possíveis indicativos arqueológicos para a e entorno da fortificação. Além disso, os estudos foram complementados por levantamento topográfico e geofísico para indicação de áreas de interesse arquitetônico e arqueológico em subsuperfície.



Figuras 5, 6 e 7 - Caracterização arquitetônica, histórica, topográfica e geofísica das ruínas do Forte de São Sebastião. Fotos: Arkley Bandeira, 2007.

Outro problema que denota a falta de cuidado com o patrimônio arqueológico alcantareense é a venda ilícita e ilegal de artefatos arqueológicos aos turistas, sendo comum observarmos a posse por parte dos moradores de objetos históricos e pré-históricos, principalmente ferragens, moedas e garrafas dos séculos XIX, bem como lâminas de machados polidas do período pré-histórico.



Figuras 8 e 9 - Lâminas de machado polidas e moedas do período do Império vendidas ilicitamente em Alcântara. Fotos: Arkley Bandeira, 2008.



### 3.1 A formação etnohistórica de Alcântara

Denominada nas primeiras décadas da colonização europeia no Maranhão de *Tapuitapera*, a localidade onde hoje encontra-se edificada a cidade de Alcântara, foi outrora, habitada densamente pelos índios Tupinambá, sendo que em 1612, havia um aglomerado de aldeias desses povos na baía de *Cumã*. Antônio Lopes da Cunha (2002) informou que as primeiras referências sobre essa localidade são encontradas em cartas e em outros documentos deixados pelos franceses, principalmente os relatos dos padres Ives d'Évreux e Claude d'Abbeville, que vieram na expedição de Daniel de La Touche, senhor de La Lavadière.

Em *Tapuitapera*<sup>3</sup>, que se situa a oeste da Ilha Grande, no continente, o capuchinho contabilizou entre 15 e 20 aldeias, nominando as mais importantes. Da mesma forma, às margens do rio *Comã*<sup>4</sup>, foram descritas entre 15 e 20 aldeias, sendo todas elas habitadas por índios Tupinambás (D'ABBEVILLE, 2002).

As aldeias existentes em *Tapuitapera* e que puderam ser identificadas pela grafia antiga, com indicações posteriores a colonização são as seguintes: *Tapouytapere* (*Tapuitapera*), *Sereyeu* (*Siriji*), *Ieneneupa-eupe* (*Jenipaúba*), *Meurouti-eupe* (*Muritituba*), *Caagouire* (*Cauíra e Caíra*), *Pindotuue* (*Pindotiba*), *Arouëupe* (*Aru*), *tapoouy-tinguê* (*Tapetininnga*), *Eugare Le Quitaue* (*Ariquicaua*), *Oroboutin-Eugouare* (*Urubuticaia*) (MARQUES, 2008; D'ABBEVILLE, 2001).

A chegada dos Tupinambá em terras maranhenses permanece uma incógnita entre os pesquisadores. A historiografia tradicional reconhece que eles ocuparam a Ilha de São Luís e adjacências após o contato com colonizadores europeus que ocupavam sistematicamente a costa do Rio de Janeiro e demais pontos do litoral nordestino. Sendo que a presença indígena em *Tapuitapera* é justificada pela fuga do julgo colonial de outras partes do litoral brasileiro.

Entretanto, do ponto de vista arqueológico, existem hipóteses que sugerem que a presença desses indígenas pode ser atestada em períodos anteriores ao ano de 1500, bastando para tanto, que pesquisas arqueológicas sejam desenvolvidas em vários pontos da costa maranhense, inclusive Alcântara.

O contato abrupto e violento com o colonizador europeu legou as populações indígenas uma herança de doenças, humilhações e trabalho forçado, sendo que atualmente, as populações indígenas do Maranhão, inclusive as etnias do tronco

<sup>3</sup> Atual cidade de Alcântara, situada no continente, na Baía de Cumã.

<sup>4</sup> Atual Baía de Cumã, onde se situa o município de Guimarães, estando próximo de Alcântara.



linguístico Tupi, que seriam os prováveis descendentes dos Tupinambá, encontram-se em terras indígenas no interior do Estado, restando no litoral, vestígios abundantes da presença de populações anteriores aos Tupis, que chegam a datar mais de 6.6000 mil anos de antiguidade.

Na História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças, de Claude d'Abbeville, datado de 1616, foi relatada a chegada dos franceses na Ilha Pequena, chamada pelos índios de *Paonmiri*, em 26 de julho de 1612, sendo que esses europeus batizaram a localidade de Santa'Ana (D'ABBEVILLE, 2002). Após o desembarque e fixação da cruz na Ilha Pequena ou Santa'Ana foram enviados emissários franceses à Ilha Grande do Maranhão, a fim de avisar aos principais das aldeias sobre a chegada dos franceses.

A Ilha Grande, segundo relato do capuchinho francês, também era denominada de Ilha dos Tupinambá. Os índios Tupinambá ocupavam toda a linha da costa que se estendia desde a foz do rio Jaguaribe até a referida localidade. Por toda ela haviam aldeias e um porto usado pelos habitantes locais, denominado de *Javirée* (D'ABBEVILLE, 2002).



Figura 10 - Gravuras de indígenas Tupinambás vestidos para guerra. Fonte: Hans Staden, 1999.



Figura 11 - Gravuras atribuídas a Theodor de Bry, 1578 de indígenas Tupinambás apresentando paramentos e plumárias. Fonte: Jean Lery.

O responsável pela empreitada foi o Sr. Des Vaux, que reuniu todos os principais e velhos para relembrar da amizade e aliança que os índios tinham com os franceses desde muito tempo na negociação de produtos e troca de gêneros. Sobre esse aspecto,



Daher (2009) informou que os franceses se implantaram na região no início do século XVII, com o apoio da rainha regente da França, Maria de Médici, que nomeou os senhores de La Ravardière e de Razilly Lugar-Tenentes do Rei de França na Ilha do Maranhão e enviou os capuchinhos para exercer o apostolado junto aos índios Tupinambás.

Em 29 de julho de 1612, os principais das aldeias reconheceram a soberania francesa e a religião católica antes do desembarque dos europeus (D'ABBEVILLE, 2002). Em 06 de agosto de 1612 toda a comitiva francesa desembarcou no porto de *Javirée*, na Ilha Grande, na presença de quatro padres para cuidar da conversão dos indígenas e propagação do Cristianismo. Já em terra, os franceses receberam cumprimentos de vários principais e anciãos das aldeias, sendo estes, os únicos autorizados a participarem da cerimônia.

Após os cumprimentos iniciais, outra comitiva formada pelos quatro padres capuchinhos, bem como o Senhor de Rasilly, embarcaram em pequenos botes e viajaram para o outro lado da costa, cerca de uma légua a uma légua e meia de distância do porto de *Javirée*, chegando ao lugar de edificação do forte francês, atual Palácio dos Leões, no núcleo fundacional da cidade de São Luís. Em uma colina foram construídas uma capela e uma casa para residência dos franceses, sendo aberta uma praça e a construção de um barraco, que recebeu um altar portátil. Em 12 de agosto de 1612 foi rezada a primeira missa do Maranhão (D'ABBEVILLE, 2002).



*[Handwritten signature]*

Figura 12 - Implantação da Cruz pelos Padres Capuchinhos, como marco da colonização francesa na Ilha de São Luís. Fonte: John Carter Library, Brown University. (Fonte: DAHER, 2009).

Para além da Ilha de São Luís, Abbeville (2002) informou que em todo o entorno da área colonizada pelos franceses, principalmente em regiões vizinhas, em outras baías, no continente ou nos cursos dos rios que deságuam na região, existem aldeias Tupinambá com seus principais, a exemplo dos locais onde se localizam as cidades de Icatu, Alcântara, Guimarães, Turiaçu, etc.

Sobre a implantação das aldeias Tupinambá na Paisagem, o padre francês relatou:

De ordinário moram os Tupinambás nos bosques mais próximos ao mar que pescarem, ou perto de rios de água doce, tão necessários à vida. Escolhido o local, cortam mato, formam uma grande praça quadrada, queimam todos os vegetais aí existentes. Desembaraçado o terreno, edificam quatro grandes casas no centro da praça, e em forma de claustro. São tais casas feitas de madeira e cobertas de pindoba de cima até baixo, tendo capacidade bastante para conter todo o povo da aldeia. Aí ficam por espaço de cinco a seis anos, e não mais, obedecendo a costume antigo. Destroem e queimam depois esta aldeia, e constroem outra na distância de meia légua, pouco mais ou menos, e dão-lhe o mesmo nome da que desprezaram (D'ABBEVILLE, 2002, p. 267).

Com relação às características das habitações, o Padre francês informou:

Suas aldeias, a que chamam *oc* ou *taue* em sua linguagem, não passam de quatro casas, feitas de paus grossos, ou de estacas, cobertas de cima até embaixo de folhas da palmeira chamada *pindó* (pindoba) que se encontra em grande abundância nos bosques, e bem dispostas, ou arranjadas na casa, resistem à chuva. Tem estas casas 26 a 30 pés de largura, e 200, 300, 400 ou 500 de comprimento, conforme o número de seus habitantes. São arrumadas em forma de claustro, isto é, em quadrado como a Praça Real de Paris, havendo no meio uma praça grande e bonita. As quatro casas assim dispostas, com a praça no centro, formam uma aldeia, e como estas uma maiores e outras menores (D'ABBEVILLE, 2002, p. 185).

Após a implantação da aldeia, a vida transcorria tranquilamente, com plantio de mandiocas e batatas para o sustento, sendo que nas moradas “não têm separação alguma e por isso tudo se vê de uma extremidade a outra: apesar de tudo isso, não há aí confusão, porque cada pai de família vive em seu canto com sua mulher e filhos, escravos e móveis” (D'ABBEVILLE, 2002, p. 265).





Figuras 13 e 14 - Morfologia das aldeias Tupinambás no Brasil, demonstrando áreas de roças, habitações e porto. Fonte: Hans Staden, 1999.

Sobre esse aspecto Ives d' Evreux (2002, p. 104 -105) comentou:

As aldeias são divididas em quatro habitações, sob o governo de um muruuichaue, para o temporal, em um pagy-uaçu, isto é, um feiticeiro para as moléstias e bruxarias. Cada habitação tem o seu o seu Principal: estes quatro principais estão sob as ordens do maioral da aldeia, o qual, conjuntamente com outros de várias aldeias, obedecem ao principal soberano da província. Cada cabana é dividida em duas partes é subdividida em várias habitações, que se chamam Ok ou Cherok, quer dizer, meu lado, minha habitação; a cabana é chamada Cheretan. Essas habitações medem cerca de três toesas entre duas vigas, nas quais eles suspendem suas redes de algodão. Nestas habitações mora cada família sob o comando de um pai de família, e todos os pais de família de cada cabana reconhecem o Principal da mesma cabana (D'ÉVREUX, 2002, p. 104-5).

Com relação aos homens adultos, uma interessante passagem foi citada por d'Évreux (2002), em que é descrita a saída dos homens adultos da Ilha para realização de pescas coletivas, possivelmente na Baixada Maranhense. Nesta região, no período da seca dos lagos, muitos peixes ficam empossados facilitando a captura:

Os selvagens do Maranhão, de Tapuitapera e Cumã, têm uma pescaria certa e anual, assim como nós temos a do bacalhau nos bancos da Terra Nova todos os anos. Alguns meses depois das chuvas, levando farinha para alguns meses ou seis semanas, e assim vão costeando a terra até um lugar distante da Ilha 40 ou mais léguas: aí arrancam, levantam choupanas, e depois dedicam-se à pescaria, à caça dos jacarés, ou crocodilos, e à procura de tartarugas. Aí se reúnem muitos selvagens de diversas aldeias da Ilha, de Tapuitapera, e de Cumã. Apanham-se os peixes nas poças secas e o peixe morto. Não é o bastante que eu diga e faça compreender em uma palavra que por mais selvagens que carregassem esses peixes, ainda assim ficam muito mais do que os que eles levam. Esses peixes são grossos e

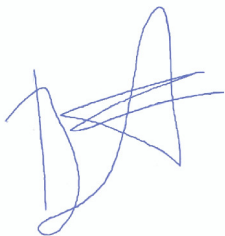
*[Handwritten signature]*

curtos, não excedem porém a grossura de um braço, têm de comprimento meio pé entre a cauda e a cabeça, o focinho achatado e muito semelhante ao da tenca, e parecem-se muito com os peixes do mar chamados de marujos-pintados. Apanhados estes nas pequenas redes, que levam, chamadas pussars, os selvagens os espetam de doze em doze, tal como se faz por aqui com as cotovias, levando-os com entranhas e tudo ao fumeiro para assá-los sem tirar-lhes as entranhas, e assim juntam muitos, que levam para suas casas, e como esta comida sustentam-se um ou dois meses (D'ÉVREUX, 2002, p. 173/174).

O universo mítico e simbólico dos indígenas do Maranhão também foi referenciado pelos primeiros povoadores. Nesses relatos ficou evidente o comportamento dos Tupinambás frente à morte e outros aspectos do inexplicável, a exemplo da queima das casas e aldeias:

Vai cada um para seu lado, e tomando um punhado de pindoba seca, acendem-na, atiram sobre a cobertura de sua própria casa, dizendo uns aos outros – “salve quem puder sua casa, queimei a minha, ninguém podia opor-se a minha vontade”, e assim em pouco tempo a aldeia está queimada e ninguém lhe diz nada. Isso teria acontecido muitas vezes na Ilha, se não fosse o medo que tinham dos franceses. (D'ÉVREUX, 2002, p. 102).

Sobre a morte e os rituais envolvidos foram escritas algumas passagens sobre o velório e o comportamento envolvido no sepultamento:



Quando chega a hora da morte, reúnem-se todos os seus parentes, e geralmente todos os seus concidadãos, cercam o leito do moribundo os parentes mais próximos, depois os velhos e as velhas, e assim de idade em idade: não dizem uma só palavra, olham-no com toda atenção, banham-se de lágrimas copiosas [...]. Já tendo encerrado choro e discurso, tomam o corpo, já repleto de penas na cabeça e nos braços, uns o vestem com um capote, outros lhe dão um chapéu, e se há, trazem-lhe o macinho de petun, seu arco, flechas, machados, foices, fogo, água, farinha, carne e peixe, e o que em vida ele mais apreciava. Fazem depois um buraco fundo e redondo em forma de poço convenientemente grande; assentam o morto sobre os calcanhares conforme é o seu costume, e, descem-no docemente ao fundo, acomodando ao redor dele a farinha, a água, a carne, o peixe, e ao lado de sua mão direita, a fim de poder pegar em tudo facilmente; do outro lado arrumam os machados, as foices, os arcos e as flechas. Ao lado dele fazem um buraco, onde acendem fogo com lenha bem seca a fim de não apagar-se, e despedindo-se dele o incumbem de dar muitas lembranças a seus pais, avós e amigos, que dançam além das montanhas dos Andes, para onde julgam vão todos depois de mortos (D'ÉVREUX, 2002, p. 131 e 132).

Sobre a cultura material indígena, vestimentas e paramentos foram descritos pelo padre francês, dando uma visão aproximada do modo de agir em relação à decoração corporal:



Eles perfuram as bochechas, os lábios, as narinas dos dois lados, e em vários lugares, onde enfiam ossos, dentes, pedras, espetos. Na primeira vez que você chega a essas terras, vendo-os com estes adereços, você não sabe se deve ter medo ou se deve rir. Já vi alguns que tinham furado o nariz, as bochechas, os lábios, a fim de imitar a calda de uma onça (a qual tem a face parecida com a de um gato furioso) com seus bigodes de um lado e de outro, longos e rígidos (D'ÉVREUX, 2002, p. 110).

Sobre o uso do machado de pedra foi relatado:

Caruatapirã, um dos principais de Cumã, trouxe-nos um desses machados de pedra, ainda tinto de sangue, com alguns tufo de cabelos grudados, e com os miolos do filho do principal Januarã, que ele foi morto, o que se soube por ter sido encontrado sobre seu corpo. Caruatapirã, pegando um desses machados, feito de uma pedra muito dura, talhado em forma de crescente ensinou-me o que eu não sabia, dizendo-me terem os Tremembés todos os meses o costume de velar à noite fazendo seus machados até ficarem perfeitos, em virtude da superstição, que nutriam, de que, indo para a guerra armados com tais instrumentos, nunca seriam vencidos, e sim sempre vencedores (D'ÉVREUX, 2002, p. 159).



Figura 15 - Tembetás de diversos tipos para adorno facial e lobular. Fonte: Hans Staden, 1999.

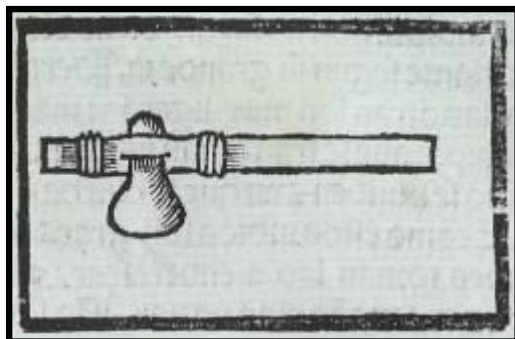
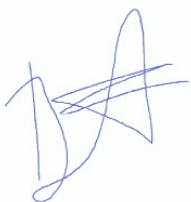


Figura 16 - Lâmina de machado de pedra polida com encabamento de madeira. Fonte: Hans Staden, 1999.

As etnias indígenas existentes no Maranhão foram referenciadas em algumas passagens, atestando distinções culturais e sociais dos grupos indígenas habitantes do Estado:



Havia na Ilha um louco da raça dos Tupinambás que quis ir ao Miarim, na frente dos Tabajaras. Ele foi com eles até Taboukourou, onde encontrou uma velha carcaça de cabeça de homem. Então foi correndo na direção dos Aioupaués onde estavam os Tupinambás e os Tabajaras (D'ÉVREUX, 2002, p. 112).

Em outra passagem o capuchinho atentou para divisão do território maranhense, apontando as distintas etnias indígenas que ocupavam os vales dos rios:



Nesse tempo a nação dos Tremembés, moradora além da montanha de Camussy, e nas planícies e areias da banda do rio Turi, não muito distante das árvores secas das areias brancas, e da pequena Ilha de Santana, saiu, sem esperar-se, para floresta, onde se aninham os pássaros vermelhos, e para os areias onde se encontra o âmbar-gris, e se pesca grande quantidade de peixes, com intenção de surpreender os Tupinambás, seus inimigos jurados, no que malogram, visto que muitos Tupinambás da Ilha, tendo ido lá com o fim especial de pecar, foram atacados pelos Tremembés [...] (D'ÉVREUX, 2002, p. 143).

Por fim, apontou as etnias existentes e citou os seus principais, a exemplo de “Pacamão em Cumã, Japiacu em Maranhão, Arraia Grande entre os Caités, Thion e Farinha Molhada entre os Tabajaras” (D'ÉVREUX, 2002, p. 333).

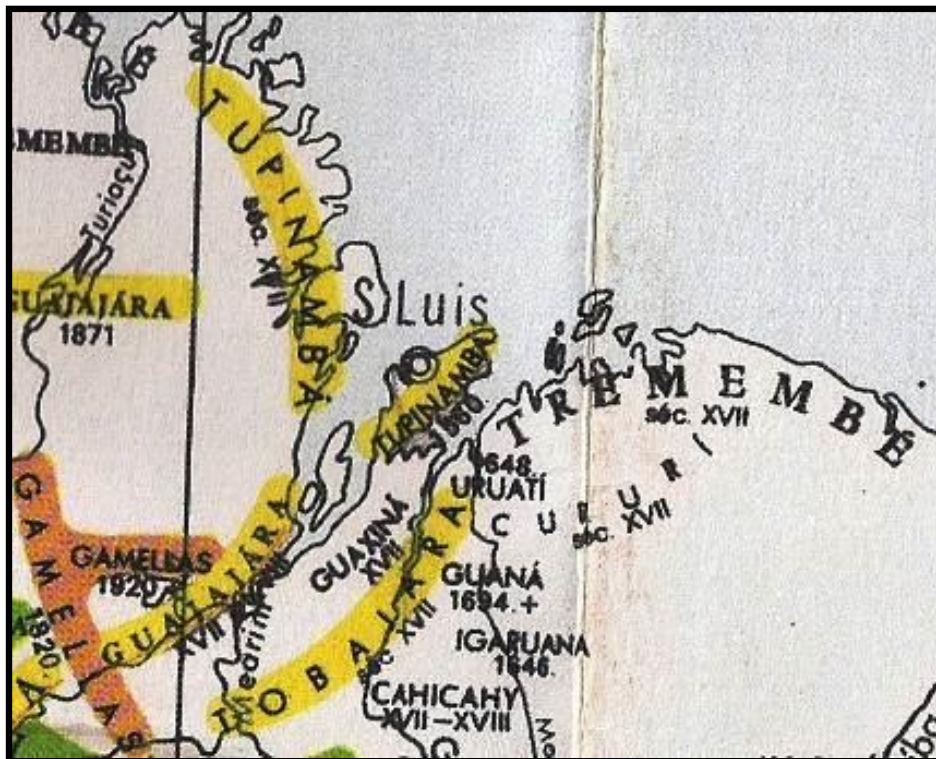


Figura 17 - Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú (1944), indicando as etnias indígenas da Ilha de São Luís e terras vizinhas, como destaque para os Tupinambá em Alcântara. (Fonte IBGE, 2002).

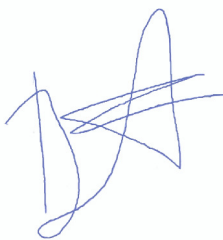
A chegada dos portugueses representou um novo trato com os indígenas desde a “restauração” de São Luís do domínio dos franceses, em 4 de novembro de 1615, pelo Capitão Alexandre de Moura. A capitulação dos franceses deu-se no Sítio Sardinha, onde até o século XVIII existia um forte, na atual Ponta do São Francisco, situada em frente ao Palácio dos Leões. Naquele lugar foi travada a batalha final que expulsou de vez a Coroa francesa do Maranhão, encerrando o sonho da França Equinocial. A partir de então, as relações entre indígenas e europeus, iniciada com os franceses desde o

século XVI, ganhavam novos rumos com a implantação da política de estado da Coroa portuguesa para a conquista da Amazônia.

Quando o Maranhão se integrou ao Império do Brasil, no período provincial, possuía praticamente o mesmo território conhecido atualmente. Em 1774, o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão passou a fazer parte do Estado do Brasil, com capital no Rio de Janeiro.

Segundo Coelho (1990), a população local se caracterizava por uma maioria de índios em face de um reduzido número de colonos brancos, destacando-se quantidade significativa de missionários. A capitania era acentuadamente indígena, inclusive quanto a língua falada. Com vistas a modificar o aspecto essencialmente indígena do Brasil, principalmente nas regiões mais afastadas, Marquês de Pombal criou uma série de regimentos e leis, conhecidas como Leis Pombalinas em 1755<sup>5</sup>, que dentre outras coisas, pretenderam absolver o contingente populacional indígena pela colonização, ao decretar a liberdade dos índios, fomentar casamentos mistos e instituir a obrigatoriedade da língua portuguesa (COELHO, 1990).

Essa situação provocou os primeiros equívocos na política de Estado em relação aos povos indígenas brasileiros, conforme citação:



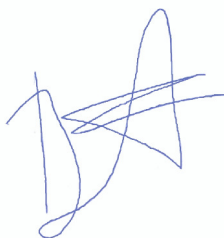
No Maranhão, a situação das terras indígenas é caracterizada por um acúmulo de esbulhos e usurpações. O processo oficial de sequestro das terras indígenas foi iniciado com as leis pombalinas de 1757. Apesar de prescrever que os índios eram os primários e naturais senhores das terras que viviam, foi o mesmo Pombal que prescreveu a elevação das aldeias indígenas, onde haviam missões, à categoria de vila ou lugar, de acordo com o número de habitantes. Dessa forma, Pombal destituiu o poder temporal e espiritual dos padres e subjugou os índios às diretrizes de um diretor branco que punha em prática as regras e normas da sociedade nacional. Essa transformação ocorreu com todas as missões existentes na Província do Maranhão (COELHO, 1990, p. 110).

---

<sup>5</sup> Segundo Azevedo e Silva (2002), com a coroação de D. José foi pontificado no Gabinete Real José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, que planejou e executou um conjunto de reformas em diferentes setores do governo português. No que tange ao domínio Ultramarino, Pombal decidiu mudar inteiramente o sistema até então vigente, com a criação de um novo modelo de colonização da Amazônia, centrado, fundamentalmente, em assegurar o domínio e a soberania efetiva de Portugal sobre aquelas terras. Dentre as medidas propostas destacaram-se a redefinição da estrutura político-administrativa, civilidade e dignificação social dos índios, questão religiosa e o conflito com os Jesuítas, repovoamento de terras com colonos, índios e negros africanos, demarcação dos limites setentrionais do Brasil, dentre outros. A efetivação dessa política se deu com a transferência da Capital do Maranhão e Grão-Pará de São Luís para Belém, inclusive modificando a denominação do Estado para Grão-Pará e Maranhão. O irmão de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, foi designado para assumir o cargo de governador e capitão-general desse Estado, em 1751.

Naquele momento, os objetivos da Coroa eram de se aproximar dos índios para ganhar confiança, com vistas a enquadrá-los e torná-los vassalos do rei. Para tanto, era necessário libertar os indígenas de qualquer escravidão e civilizá-los pelo ensino da religião e moral cristã, da língua portuguesa e pelos costumes daquele país (AZEVEDO E SILVA, 2002).

Como suporte a essas ações foram criados instrumentos legais para negociação do papel do índio na conjuntura dos setecentos, com destaque para as leis que permitiram o casamento entre índios e portugueses; a libertação total dos indígenas escravizados, cassação do poder temporal dos religiosos no trato dos índios, que refletiu nas missões religiosas, em especial na jesuítica. Para Azevedo e Silva (2002) o ponto central dessa política foi a criação do Diretório dos Índios, conforme citação:



Como pedra de arremate desse edifício legislativo, porque regulamentador das três leis régias anteriores, temos o Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, redigido pelo Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, publicado em 3 de maio de 1757, o qual viria a ser confirmado por D. José tornado extensivo a todo o Brasil, pelo Alvará de 17 de agosto de 1758. O Directório visava a prossecução dos seguintes objectivos: fortalecer o aparelho do Estado; dinamizar o sector produtivo e controlar a circulação da riqueza, por forma a aumentar as receitas tributárias, expandir a fé pela tutela dos bispos; reformar os costumes; libertar, civilizar; dignificar e enquadrar política e socialmente os índios, por forma a torna-los, efectivamente, vassalos do rei de Portugal (AZEVEDO E SILVA, 2002, p. 9).

Na prática, os *Directórios* atuaram na criação de escolas públicas, obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, atribuição de nomes lusitanos aos indígenas e introdução de vestimentas e dos usos e costumes dos portugueses.

O século XIX iniciou-se, sob a égide das leis, a libertação dos índios do sistema de diretórios, ou melhor, do jugo dos diretores. Desde que posto em execução o regime dos diretórios, em 1755, começaram os abusos praticados contra os índios por parte daqueles que eram nomeados diretores. Em 1798 foi abolido o referido regime e os índios passaram ao controle das autoridades coloniais e depois provinciais (COELHO, 1990).

Após a consolidação da política da Coroa portuguesa para os domínios ultramarinos, em especial para o norte do Brasil e região amazônica, um corpo documental foi elaborado pela e para administração provincial, em que foram referenciados os principais aspectos da política indigenista do Maranhão.

Conforme citado no início deste item, foram referenciados, além das fontes que tratavam da administração pública em relação ao indígena maranhense, os documentos

que citaram as regiões onde se encontravam as aldeias indígenas, atualmente consideradas sítios arqueológicos, inclusive as selecionadas para tese.

Para tanto, além de fontes secundárias que tratavam do Grão-Pará e Maranhão, alguns documentos avulsos foram analisados e citados, a exemplo do *Repertório de Documentos para a História Indígena do Maranhão* (APEM, 1997) e *Catálogo dos Manuscritos Avulsos Relativos ao Maranhão Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino* (BOSCHI, 2002), a exemplo dos que se seguem:

- Termo da junta em que foram analisadas as petições de Manoel de Cairos, de Tapuitapera, solicitando a entrega de uma sua filha forra, toda como uma serva de José Mesquista; e de Cláudia, mameluca reclamando ter sido escravizada por João Teófilo de Barros, sendo os processos encaminhados ao ouvidor-geral (juiz privativo das liberdades) São Luís do Maranhão, 22 de junho de 1739; fls. 5v-6);
- Termo de junta em que foi analisado requerimento do índio Maurício Rayol, capitão da aldeia de Marudá, solicitando que fossem baixadas ordens, visando trazer de volta à sua aldeia, índios e índias fugidos para as ribeiras do Pindaré e Maracu e para Tapuitapera, já que eram empregados nos correios entre o Maranhão e o Pará; tendo a junta concordado com os termos do pleito, desde que não se tratasse de casais unidos pelo matrimônio. São Luís do Maranhão, 16 de setembro de 1748; fl. 17;
- Termo de junta em que foram analisados: requerimentos da índia Tereza e seus filhos, da nação Guanaré, residentes em Tapuitapera, solicitando carta de liberdade; e autos de pedido de liberdade da índia Margarida e seus filhos contra a viúva Maria Pereira. São Luís do Maranhão, 6 de maio de 1752; fls. 27v-28;
- Termo da Junta em que foram analisados: requerimentos de Francisco Serejo, de Tapuitapera, solicitando a conservação em seu poder da índia Tereza e seus filhos, da nação Guanaré, dos índios Arcênio e seus parentes da aldeia de Cumã e de Anacleto, Manoel, Maria, Bárbara, Pépetua, Xavier, Frutuoso, Vitória e Desidério, do sertão do Pará, nação Manóia, solicitando carta de liberdade: autos de apelação sobre liberdade, tendo como partes a viúva Francisca dos Santos e seus filhos e a índia Apalônia. São Luís do Maranhão, 20 de maio de 1752; fls 28v-29v;
- Termo de Junta e que Severino de Faria, capitão-mor interino da Capitania, justificou as razões pelas quais a Junta passou longo tempo sem reunir-se e



determinou novo calendário para sua convocação; foram analisados autos de apelação sobre a liberdade, devolvidos do Juízo das liberdades, da índia Gertrudes contra Manoel Rodrigues Bitencourt, de Tapuitapera. São Luís do Maranhão, 28 de julho de 1753; fls. 40-41.

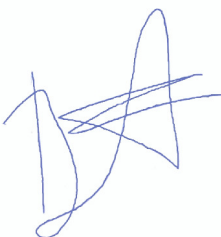
- Termo de Junta em que foram analisados: requerimentos dos filhos da cafuza Antonia solicitando carta de liberdade do cativo imposto por Margarida Muniz; da índia Águia Vermelho reclamando da demora para a conclusão do processo em que era parte; do prior do Convento do Carmo de Tapuitapera solicitando a juntada em processo dos votos de todos os deputados, inclusive os impedidos, que poderiam fazê-lo por escrito ou através de substituto. São Luís do Maranhão. 14 de dezembro de 1754; fls. 52-52v.

### 3.2 A formação histórica de Alcântara

A fundação de Alcântara está intimamente associada ao processo de colonização europeia em São Luís, com os principais episódios ocorrendo entre as tentativas fracassadas dos portugueses em meados dos Quinhentos em diante, e a exitosa chegada dos franceses no início dos Seiscentos. Esta história se inicia no reinado de Maria de Médicis, quando Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière, obteve autorização real para realizar sua expedição de colonização do norte do Brasil com o intuito de fundar a França Equinocial, onde hoje encontra-se a Ilha de São Luís.

Data de 1524 as primeiras explorações dos armadores de Dieppe no Maranhão. Em cartas patentes de 1605, Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, recebeu de doação do rei Henrique IV terras no Norte do Brasil. Precedeu a fundação da Ilha de São Luís duas viagens de reconhecimento feitas por La Ravardière e outras expedições, a exemplo da de Riffault, em 1594, e a expedição de des Vaux, quando permaneceu entre os indígenas, praticando o escambo (D'ÉVREUX, 2002).

Além do interesse francês pelo norte do Brasil, Portugal fracassava em algumas tentativas de fixação de gente nessa parte do Brasil:



Como uma porta de entrada para exploração da América, este ponto do litoral norte foi visitado pelo espanhol Vicente Yanez Pinzon em 1500; pelos portugueses Ayres da Cunha, Fernão Álvares de Andrade e João de Barros, primeiro donatário da Capitania, que naufragaram na costa 1535; Luiz de Melo da Silva, em 1554 e depois em 1573, já como donatário; pelos filhos de João de Barros, Jerônimo e João, em 1556 (SÃO LUÍS, 2008, p. 12).



Contudo, a iniciativa que prosperou deu-se após a criação da França Antártica<sup>6</sup>, no atual Rio de Janeiro, sendo a França Equinocial criada nos mesmos moldes da primeira, no norte do Brasil, no que foi denominado posteriormente de Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Na expedição da França Equinocial, acompanharam Daniel de La Touche, Francisco de Rasilly e o Barão de Sancy, que desembarcaram em terras maranhenses em 24 de julho de 1612, na ilha de Sant' Ana, sendo que em 06 de agosto do mesmo ano os franceses aportam em *Jeviré* (ponta de São Francisco), onde já se localizavam as feitorias de Du Manoir e do Capitão Gerard (VAZ e VAZ, 1994).

Passados os primeiros anos da retomada do Maranhão pelos portugueses, as terras de *Tapuitapera* foram doadas ao português Jerônimo de Albuquerque, em retaliação ao apoio indígena aos franceses. Para Lopes (2002), o que se sabe sobre este fato é que após a rendição dos franceses em São Luís, Alexandre de Moura deixou Jerônimo de Albuquerque no governo da Capitania do Maranhão, subordinando a esta os territórios de *Tapuitapera* e *Cumã*, confiando-os a Martin Soares Moreno.

Portanto, a partir de 2 de janeiro de 1616, data em que Alexandre de Moura expediu em São Luís, do Forte de São Felipe, o regimento a Martin Soares, ficou historicamente criada as Capitanias de *Taiputapera* e *Cumã* (LOPES, 2007). Para elle, *Tapuitapera* deixou de ser aldeia, quando em 1617 se instituiu presídio militar, paróquia e freguesia, criando um arraial. Neste período Matias de Albuquerque mandou erigir igrejas, colocando na principal o apóstolo da cidade do santo que de seu nome: Matias.

A igreja de São Matias serviu de sede a freguesia criada em 1622. Em 1648, com a instalação dos primeiros engenhos que resultaram em povoamentos de colonos, *Tupuitapera* é elevada a Vila, passando a se chamar Santo Antônio de Alcântara. Para Marques (2008), a elevação de *Tapuitapera* à vila se deu quando ela contava com 8 mil

---

<sup>6</sup> Em 1554, Nicolas Durand de Villegagnon visitou a região de Cabo Frio, na costa do Rio de Janeiro, onde os franceses já praticavam o escambo com os indígenas. Após noticiar suas impressões ao Rei Francês Henrique II, o soberano concedeu autorização para fundar uma colônia permanente na costa do Brasil. Em fins de 1554, o rei ordenou ao Ministro Gaspard de Coligny a preparação de uma expedição sigilosa ao Brasil, cujo comando foi atribuído a Villegagnon. A expedição zarpou de Dieppe em 14 de agosto de 1555. Acompanhava a expedição o francês André Thévet, que registrou esse feito na obra *Les singularitez de la France Antarctique*. Os franceses chegaram à Baía de Guanabara em 10 de novembro de 1555, após tomar posse da Ilha de Serigipe, escolhida como local de estabelecimento da principal defesa da França Antártica, onde se principiou a instalação dos franceses.





almas, principalmente no período do inverno, quando os moradores do interior chegavam ao centro. Neste momento, passa a se chamar Alcântara.

Em 1650, a Vila contava com 300 moradores. Nesse período surgiram os primeiros engenhos de cana de açúcar, que começaram a se destacar na produção de açúcar e aguardente. Há registro de que a produção de açúcar, da safra de 1650, já excedia a sua subsistência, sendo necessário o primeiro embarque do excedente para São Luís.

Na mesma época, foi realizada a construção do Convento Nossa Senhora do Carmo, da Ordem Carmelitana e mais tarde, em 1655, os jesuítas criaram uma residência no lugar, dando-lhe o nome de Sergipe. A construção da residência dos jesuítas começou a influenciar a ocupação do território, até então centralizado na vila.

As construções religiosas, os engenhos e casas de fazendas ocuparam áreas distantes do centro da vila, que mais tarde foram ocupados pelos pequenos produtores agrícolas compostos por escravos, índios e caboclos. Esses locais foram denominados pelas Cartas Régias como: terras de preto, terras de caboclo e terras de santo.

De 1716 a 1760, intensificou-se a interiorização do processo de ocupação territorial com o aumento de fazendas e alocação de infraestrutura, como exemplo: vias de acesso, mão de obra e núcleos de moradia. Registrou-se em 1748, a existência do Capitão – Mor, Henrique Lopes, comandante militar do Corpo de Ordenança da Capitania e o Regimento de Infantaria, composto de 800 homens, bem como a Companhia de Cavalaria, contando com 85 componentes.

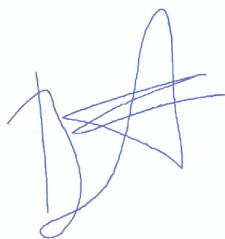
Em 1754, a Coroa Portuguesa toma posse dos seus domínios e como primeira medida administrativa extingue a Capitania de Tapui-tapera, indenizando o seu donatário, Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, com terras em Portugal. Ainda neste período, foi fundada uma escola pelos jesuítas, aos quais coube também a fundação da Aldeia São João, em 1757, atualmente São João de Cortes.

Durante o governo do Marques de Pombal, em 1759 é iniciada a expulsão dos jesuítas do Brasil e a criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão que incentivou a produção de manufatura têxtil no Estado, cabendo a região de Alcântara produzir o algodão.

Pela Lei Provincial nº 24, de 05 de julho de 1836, Alcântara é elevada à categoria de Cidade, sendo dividida em dois distritos: Freguesias do Apóstolo São Matias, de São João de Cortes e de Santo Antônio e Almas. A Comarca foi formada por dois municípios:

Alcântara e São Bento, sendo a primeira a sede da Comarca, conforme Lei Provincial de nº 7, de 29 de abril de 1835 (MARQUES, 2008).

Neste decurso histórico, Alcântara legou para posteridade um rico acervo arquitetônico das características únicas no Brasil. Para Pflueger (2002, p.9):



Alcântara foi um marco da catequese do século XVII, estruturada em torno dos conjuntos urbanos religiosos: Igreja e Convento do Carmo e Igreja e Convento das Mercês centralizadas pela Praça da Matriz, onde foram implantados o Pelourinho, a Casa de Câmara e cadeia e a Igreja Matriz de São Mathias. Não havia nesse momento planejamento urbano e os caminhos entre os largos configuravam as ligações que dariam origem ao traçado do século XVIII. No século XVIII a vila tornou-se a sede da aristocracia rural agro exportadora de algodão, apresentando uma formação urbana de ruas e quadras em torno dos elementos originais conformando um traçado que envolve os principais conjuntos religiosos onde a arquitetura civil se consolidou. Esse traçado analisado a partir da cartografia de 1755 e 1789 demonstra a articulação entre os elementos originais e as edificações. Hoje algumas pistas nos revelam as reminiscências desse passado, a arquitetura civil do século XVIII e as ruínas das igrejas e dos sobrados.

Entre 1850 e 1860, o município de Alcântara possuía espalhado em seu território: 81 fazendas de produtos agrícolas, 22 engenhos de açúcar, 24 de fazendas de gado e mais de uma centena de salinas, fazendo com que se destacasse como grande exportador de sal. A evolução produtiva do município alcançou 1º lugar em sal; 2º lugar em açúcar, cachaça, couro e carne; 3º lugar em algodão, arroz, farinha e milho e 4º lugar em, tapioca e peixe seco. Alcântara prosperou de forma rápida em todos os setores, tornando-se um importante ponto de encontro das comunicações da capital (São Luís) com Belém, Baixada e com o Sertão Maranhense.

A cultura algodoeira passou a ter importância no mercado europeu, e Alcântara começou a exportar o algodão para a Inglaterra. Neste período, a Vila de Alcântara adquiriu característica de Corte. Os nobres passaram a residir na Vila, enquanto a burguesia, representada principalmente pelos comerciantes, fixou o domicílio residencial e comercial em São Luís. A nobreza agrária da Vila passou a ostentar requintes da nobreza europeia, destacando-se nos parlamentos, nos salões e nas letras, cuja lembrança é reverenciada até hoje, nas ruas enviesadas, nos casarões de azulejos, pedras de cantarias e nas festas folclóricas.

Nessa época o comércio estava concentrado próximo ao porto. Na visão historicista, a decadência econômica se evidencia com o fim da exportação do algodão do Maranhão para o mercado europeu, com a libertação dos escravos e com o

deslocamento da produção maranhense do litoral para os vales dos Rios Itapecuru-Mirim, Mearim e Pindaré, fatores responsáveis pela estagnação econômica da Vila de Alcântara.

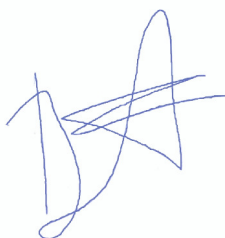
A prosperidade dos grandes estabelecimentos agrícolas, apoiados no trabalho escravo e na monocultura do algodão teve duração efêmera. Essa decadência tem a gênese na concorrência do algodão estadunidense e nas “limitações ecológicas, de solos frágeis e arenosos, e o uso predatório dos recursos naturais como queimada das matas para o plantio de algodão e cana-de-açúcar” (ALMEIDA, 2006, p. 48).

A desorganização da produção algodeira em Alcântara foi, entretanto, de tal ordem e tão completo foi o abandono das fazendas pelos senhores (...), semelhante desmonte viabilizou o surgimento de uma camada de pequenos produtores agrícolas com autonomia no processo produtivo, desenvolvendo práticas de uso comum de recursos naturais bastante exauridos, e relativamente livres de dominação senhorial (ALMEIDA, 2006).

Conforme já mencionado, esses pequenos proprietários agrícolas ocupam as chamadas terras de preto/caboclo/santo. O mesmo autor também revela, que o abandono dos senhores de engenho, dos produtores de algodão e dos jesuítas deixou um legado material, das fazendas, engenhos e capelas que hoje, não raro, são os mesmos locais dos núcleos de ocupação “quilombolas”. Podemos dizer que houve um processo de reterritorialização, pois ocorreu a “transformação dos objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2002).

Sob a ótica historicista, a decadência econômica estagnou o desenvolvimento de Alcântara, entretanto foi esse contexto que propiciou condições para que se tornasse estável uma vasta rede social, com mais de duas centenas de povoados, que foram sendo erigidos sobre essas ruínas das fazendas, numa extensão em torno de 150.000 hectares e o legado arquitetônico característico do período colonial português, com o traçado urbano espontâneo e orgânico.

Para Pfluger (2002, p. 13) as características arquitetônicas de Alcântara apresentam as seguintes características:



A tipologia arquitetônica encontrada em Alcântara e em Mariana reflete a influência do “Alçado pombalino”, módulo desenvolvido para reconstrução de Lisboa no século XVIII. Nas duas cidades é encontrada a arquitetura civil dos sobrados de cinco portas e cinco janelas, com um ritmo de vãos similares. Cada uma com sua especificidade, em Alcântara, ornamentos mais simples; em Mariana, mais clássicos com uma leitura de elementos decorativos mais barroca



em mais requintes de acabamento. Algumas diferenças podem ser claramente observadas, como por exemplo, o uso da pedra de cantaria em Alcântara e da pedra sabão em Mariana, os oratórios em Mariana e os passos em Alcântara. Algumas edificações são peculiares como as duas Casas de Câmara e Cadeia e o Aljube ou casa dos padres, parecidas e diferentes ao mesmo tempo. São as diferenças e similaridades que serão confrontadas no estudo da configuração arquitetônica.

Com relação à composição urbana Alcântara é apresenta a seguinte descrição:

O tecido urbano de Alcântara consolidado no século XVIII permaneceu congelado com poucas alterações até o início do século XX. A análise da composição urbana atual foi feita com a comparação das plantas da cidade em 1970 e 2000, período em que aconteceu a maior transformação na malha urbana. Em 1970 a malha urbana apresentava-se sem grandes alterações com relação ao traçado do século XVII inclusive com a permanência das ruas e quadras originais: Ladeira do Jacaré, Rua Direita, Rua de Baixo, Rua Grande e Rua do Sol, com exceção de algumas ruas deterioradas como a Rua da Amargura, antiga Rua da Bela Vista e de algumas quadras em arruinamento como a quadra entre a Rua Grande e a Rua da Amargura e a quadra posterior ao Convento do Carmo cujos vestígios são perceptíveis no traçado e com acréscimo de pequenas ruas transversais. Na planta da cidade desse período observa-se que a forma do traçado é bem clara em dois eixos de expansão que valorizam os três conjuntos urbanos originais da formação da vila Mercês, Matriz e Carmo (PFLUGER, 2002, p. 42).



Figura 18 – Casario colonial de Alcântara, com um conjunto de ruínas em primeiro plano. Foto: Arkley Bandeira, 2013.





Já no século XX, em 22 de dezembro de 1948, precisamente na data do tricentenário de sua elevação à Vila, Alcântara foi tombada como Cidade Histórica e Monumento Nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Entre os anos 1964 a 1984 estava em pauta o aproveitamento aeroespacial do território.

Na década de 80, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), se instalou em Alcântara. O CLA integra a Missão Espacial Completa Brasileira - MECB, que por sua vez, faz parte do Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE). Alcântara foi escolhida para receber o Centro de Lançamento em razão de sua privilegiada posição geográfica (entre as baías de São Marcos e Cumã), permitindo um baixo custo de lançamento por sua proximidade do equador terrestre, por suas boas condições meteorológicas e climáticas que são regulares.

A instalação do CLA ocorreu em 1989, após uma longa trajetória jurídica, entre a União e o Estado do Maranhão, que resultou, em 1987, no deslocamento de 23 povoados que se encontravam assentados na área atualmente utilizada pelo CLA e, atualmente, foram realocados para 7 Agrovilas fora da área do CLA.

Hoje na pequena área urbana do município de Alcântara estão localizadas as instalações da administração pública, do comércio e do centro histórico (casarões, igreja, pelourinho e ruínas). O turismo é uma atividade praticada no município, fazendo-se nascer pousadas. Segundo ALMEIDA (2006) foram levantados no Laudo Antropológico, 152 povoados étnicos espalhados na área rural do município de Alcântara, coexistindo com sete agrovilas e com o CLA.

#### **4 JUSTIFICATIVA PARA A APLICAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO ESTUDO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS E PARA FINS DE INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA**

Conforme exposto anteriormente, Alcântara apresenta um potencial arqueológico incrivelmente rico, mas quase desconhecido por falta de pesquisas. Tomando por exemplo os sítios arqueológicos oficialmente conhecidos pelo IPHAN, esses totalizam apenas 3, não fazendo jus a importância histórica e antropológica dessa região. Desses, apenas uma ocorrência associa-se a presença indígena na região, sendo que os outros dois associam-se a presença europeia, com destaque para a própria cidade de Alcântara, considerada um sítio arqueológico. Nenhuma das ocorrências foram atribuídas a populações afrodescendentes ou quilombolas.



Essa situação também contrasta com o conhecimento gerado pela antropologia e sociologia, visto que o município aglutina uma das maiores concentrações de terras quilombolas do Brasil. A este respeito, Anjos (2009) registrou a existência de 181 comunidades quilombolas apenas em Alcântara, de cerca de 899 já conhecidas no Maranhão.

O desequilíbrio entre as informações sobre as populações indígenas e quilombolas e a pouca ocorrência de sítios arqueológicos evidenciam que Alcântara é um grande hiato quando se trata do conhecimento arqueológico. Esse cenário preocupa ainda mais, pois a falta de informações sobre os sítios arqueológicos pode ser interpretada pelos gestores públicos e a sociedade em geral como uma ausência da evidência. Sendo que na realidade, a falta de pesquisas arqueológicas que foquem essa área resulta no pouco conhecimento acerca do passado da região.

Neste contexto, a falta de visibilidade do componente arqueológico, seja ele europeu, indígena e quilombola nos museus, espaços de cultura e nos livros didáticos da cidade vem criando mitos, que poderão causar equívocos históricos graves sobre Alcântara, a exemplo da inexistência de povos indígenas no passado ou a pouca contribuição da matriz africana na formação social, econômica e cultural do povo alcantareense.

Ressalta-se que o desconhecimento sobre os vestígios arqueológicos causa enorme impacto em relação a estes bens, pois muitos sítios estão sendo destruídos por desconhecimento das pessoas ou para retirada intencional de artefatos arqueológicos para venda aos turistas, conforme já demonstrado. Além disso, muitas informações sobre a presença europeia nos períodos colonial e imperial poderiam agregar mais conhecimento, caso a arqueologia fosse exigida em todas as atividades restaurativas no patrimônio edificado da cidade.

Diante deste cenário e em virtude da ausência de conhecimento arqueológico sobre os componentes descritos anteriormente, justifica-se a execução da pesquisa arqueológica para fins de restauro dos Sobrados 7 e 15, onde funciona o Museu Casa Histórica de Alcântara e Anexo.

Nesse contexto, a área a ser trabalhada é considerada um sítio histórico que agrega informações sobre o passado da cidade que perduram no presente como testemunho vivo de suas tradições seculares, como aborda a Carta de Veneza, de 1964. Da mesma forma, que a Carta de Petrópolis, de 1987, nos fala, trata-se de um espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações, pois ele é parte integrante de um contexto amplo que comporta a paisagem natural e

construída, assim como a vivência de seus habitantes num espaço de valores produzidos no passado e no presente, em um processo dinâmico de transformação.

A temática sobre intervenção em sítios urbanos não é de interesse único e exclusivo de arquitetos, engenheiros e urbanistas. Por se tratar de entidade que reúne diferentes períodos em um mesmo espaço, a qualificação desses locais para o entendimento da história de determinada região é de extrema relevância. Nesses casos, a importância dos sítios históricos, bem como das estruturas e artefatos associados reside na reunião dos valores histórico, arqueológicos, arquitetônico, estilístico, paisagístico, urbanístico, turístico e financeiro. Partindo desse princípio, do sítio histórico como objeto de estudo, novos atores entram em cena, a exemplo, do historiador, arqueólogo, antropólogo e outros cientistas humanos e sociais.

Logo, os sítios históricos enquanto expressão social, cultural, econômica e política de uma época materializam expressões de produção, reprodução e ruptura de conceitos, técnicas e conhecimentos, sendo, portanto, matéria de atuação da pesquisa arqueológica. Nesse sentido, essas ocupações deixam testemunhos físicos de sua existência e que são passíveis de observação e estudo pela Arqueologia Histórica. Essas sequências estratigráficas são observadas nos edifícios, ruas, praças, fontes, jardins, aterros, lixões, canais, e outros equipamentos que formam as cidades, bem como nas estruturas e artefatos associados.

Portanto, a importância das pesquisas em arqueologia histórica aplicada a intervenção do Sobrados 7 e 15, onde funciona o Museu Casa Histórica de Alcântara e Anexo é crucial para qualificar às distintas atividades que ocorreram nesse sítio, seja ele isolado ou formando um conjunto com as demais edificações do seu entorno e no contexto da própria cidade.

#### **4.1 Arqueologia e Arquitetura: metodologia para a integração e resultados**

Sítios históricos, edificações, paisagens e os bens materiais associados são fontes de informações estratégicas para a arqueologia histórica, pois revelam referenciais de memória e história do presente e passado, que contribuem para compreensão de aspectos sociais e culturais envolvidos na materialidade e imaterialidade das cidades. Partindo do princípio de que os sítios históricos são entidades dinâmicas e que não se encontram engessados no tempo e no espaço, consideramos que cotidianamente distintas intervenções os acometem positiva ou negativamente, a exemplo de intervenções arquitetônica consciente em pátios, quintais



e ruas ou realização de escavações que atinjam cotas negativas, ou mesmo a remoção de pisos para instalação de fiações embutidas.

Essas intervenções, por sua vez, apresentam gradações e escalas diferenciadas, ocasionando impactos que podem descaracterizar consciente ou inconscientemente os sítios históricos. Tal situação é alicerçada na premissa de que os núcleos mais antigos das cidades – os sítios históricos – possuem sequências de ocupações que testemunham episódios distintos de uso e ocupação do solo pelos povos do presente e passado, através dos tempos. Dessa forma, distintos períodos de ocupação dos Sobrados e as fases construtivas poderão ser averiguadas com as escavações arqueológicas.



Figura 19 – Praça da Matriz de Alcântara, com o conjunto edificado que será estudado a esquerda. Foto: Arkley Bandeira, 2018.

Tradicionalmente, a arqueologia histórica praticada no Brasil tem sido orientada para objetivos específicos focados em complementar as informações dos documentos históricos, localizar estruturas arquitetônicas, recuperar e descrever artefatos associados a essas estruturas, buscando correlacionar dados históricos e arqueológicos para fins aplicados aos sítios históricos. A natureza desses trabalhos é caracterizada como “estudos de patrimônio” por SOUTH (2002), e são geralmente patrocinados por órgãos governamentais, que por si já apresentam suas demandas, necessidades e desejos para com a arqueologia histórica.

*[Handwritten signature]*



No âmbito dos estudos que serão realizados nos Sobrados que formam o Museu Casa Histórica de Alcântara o viés preservacionista será a tônica acompanhando todo o processo interventivo no bem edificado, pelos princípios da conservação, restituição, restauração, requalificação, revitalização, adaptação e manutenção. Portanto, a arqueologia será a provedora de complementos necessários para as intervenções restaurativas a serem realizadas (DEAGAN, 2008), apoiando-se na percepção pelo viés da arqueologia.

Nesse projeto, a edificação será tratada como um grande artefato para fins da análise arqueológica, não sendo composta por um só tempo, mas por uma sucessão de tempos que convivem no presente em um mesmo espaço. Como as camadas de um sítio arqueológico pré-histórico, a materialização das sociedades nos sítios históricos vai se somando e se sobrepondo umas nas outras, em um processo dinâmico e constante presentes nas fases construtivas, materializadas em reformas, ampliações, demolições, reconstruções, adaptações, dentre outras ações.

Segundo Orser Jr (2000) existem dois aspectos a serem observados na arquitetura quando do seu uso como fonte para a pesquisa arqueológica: suas tradições acadêmicas e vernaculares. A primeira deixa transparecer suas características e influências formais, ao passo que a segunda, reflete mais a cultura intrínseca do que formas puras. Esse mesmo autor afirma que as estruturas arquitetônicas podem ser lidas como os níveis arqueológicos do solo e podem informar sobre a história envolvida nas edificações, o período de construção, reformas e adaptações dos espaços as relações do público e privado e o doméstico e o formal.

Segundo Najjar (2010), o termo Arqueologia da Restauração surgiu em meados do século XX e caracteriza os trabalhos de arqueologia que objetivam fornecer elementos para restauração de monumentos. Cabia a arqueologia o papel de técnica auxiliar nos trabalhos restaurativos. Contudo, as premissas que norteiam o restauro, como definidas na Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (1964), legam um papel de extrema importância para a arqueologia nesses contextos:



A restauração é uma operação que deve ser de caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

Por esse princípio, a restauração de um sítio histórico demanda igualdade interdisciplinar de todas as áreas envolvidas nas ações restaurativas (arquitetura,

história, arqueologia), pois o denominador comum entre essas áreas é justamente entender, registrar e contar, o mais completamente possível, a história do bem (NAJJAR, 2010). Dessa forma, quando se trata de sítio histórico de elevado interesse e valor cultural (histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, etc.), a restauração deve trazer consigo além da recuperação, a socialização da história do bem fruto das intervenções.

No caso dos sítios mais antigos, oriundos dos primórdios da colonização do Brasil, onde a documentação oficial é pouca ou mesmo inexistente, a pesquisa arqueológica, mais do que nunca, cumpre o papel de recuperar suportes de história e memória, a partir das estruturas e artefatos associados e mais ainda, evidencia aspectos desconhecidos e que estavam silenciados pelo solo.

Conforme recomenda Najar (2000), a pesquisa arqueológica nos Sobrados primará por produzir dados relevantes que abordem as estruturas arquitetônicas como um super-artefato de dimensões e escalas diferenciadas, que é testemunho de um tempo, implantado em um espaço e que está impregnado de valores e simbolismos.

Para essas situações, existem dois modelos de atuação da pesquisa arqueológica (NAJJAR, 2005), com um modelo que produz resultados exclusivos para restauração (não existe relação entre as disciplinas) e uma outra premissa, em que se construirá um modelo para explicar a história das edificações, a partir da arqueologia aplicada nas intervenções restaurativas, conforme os passos a seguir Najar (2000):

#### **Etapas 1 – Avaliação do Potencial Arqueológico**

1ª Fase: elaboração de projeto de prospecções arqueológicas;

2ª Fase: execução das prospecções arqueológicas

#### **Etapas 2 – Pesquisa Arqueológica**

1ª Fase: elaboração do projeto de pesquisa arqueológica

2ª fase: execução da pesquisa arqueológica

#### **Etapas 3 – Utilização dos vestígios (socialização, musealização, etc.).**

Oferecer subsídios para musealização da própria edificação ou dos artefatos encontrados.

## **4.2 Possíveis áreas a serem trabalhadas pela arqueologia**



Em relação as áreas a serem pesquisadas, as mesmas se situam nos fundos dos dois Sobrados, que integram um conjunto de três prédios geminados, dotados de

fachadas e mirantes praticamente idênticos. Eles estão implantados na Praça da Matriz com a Rua das Mercês, conforme indicado na a seguir.

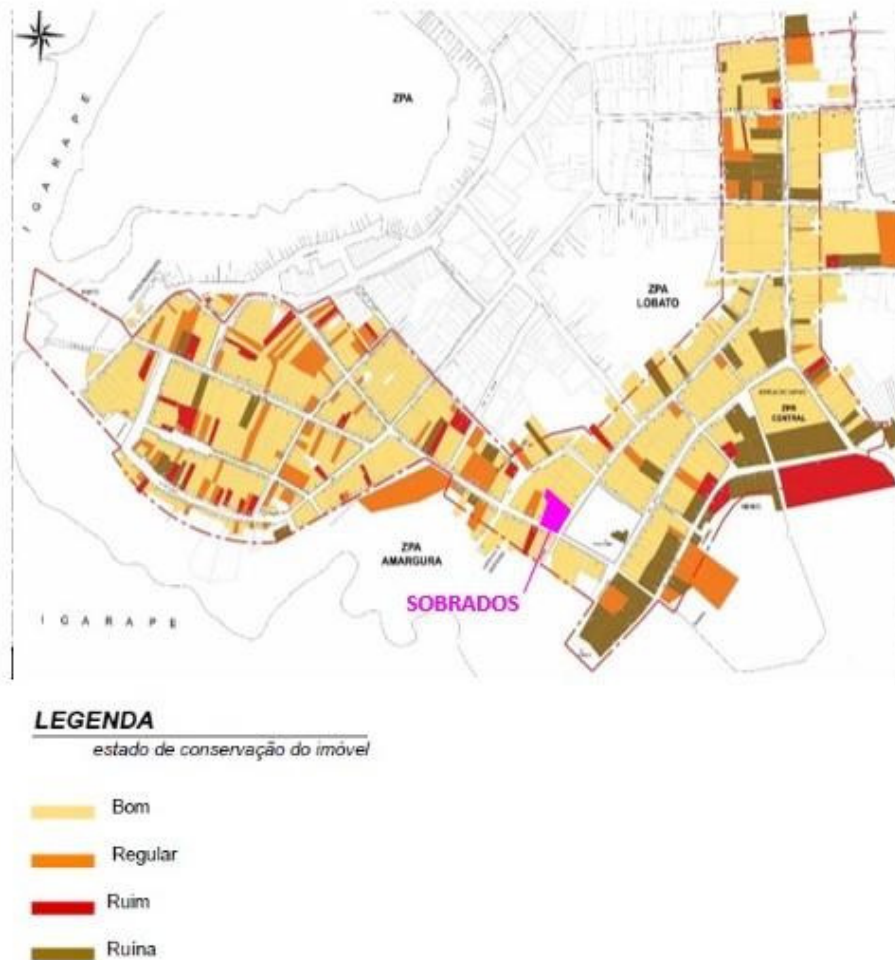


Figura 20 – Planta da quadra com o estado de conservação do Casario e indicação dos Sobrados nº 7 e nº 15, objeto de estudo da arqueologia. Fonte: Archi 5, 2017.

Esse conjunto possui protagonismo na conformação espacial do ambiente cívico-religioso central formado pela Praça, Igreja da Matriz e Casa de Câmara e Cadeia, contribuindo para configurar a perspectiva de gosto barroco que a envolve, alcançada através da repetição uniforme de prédios com modenatura e tipologia similares. O sobrado nº 7, atual Museu Casa Histórica de Alcântara, localiza-se na esquina da Rua das Mercês e a Praça, e o nº 15, seu futuro anexo, ocupa o centro da composição.

*Assinatura*

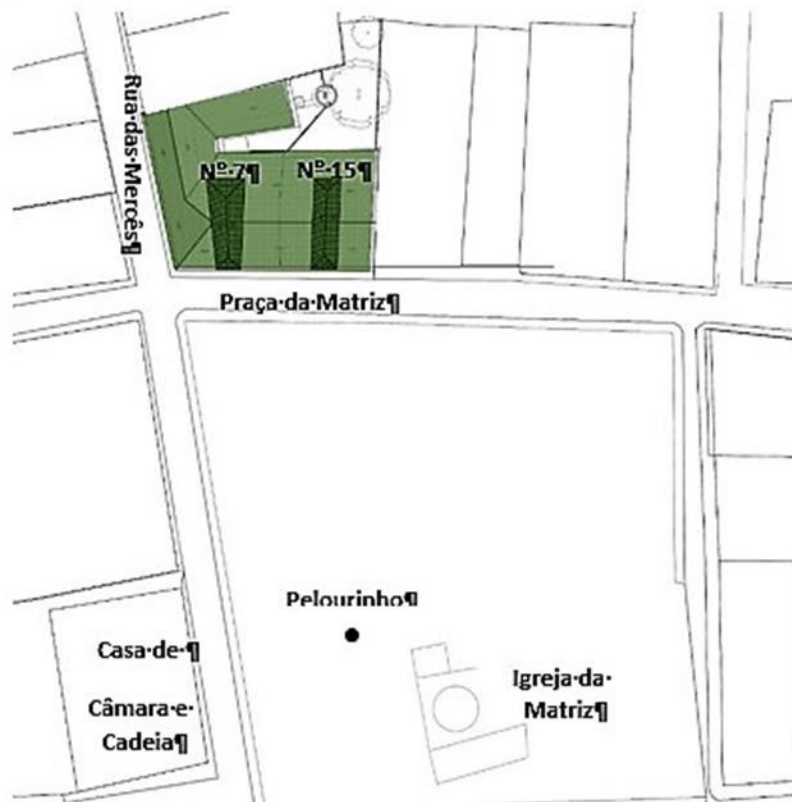


Figura 21 – Planta com a indicação dos Sobrados nº 7 e nº 15, objeto de estudo da arqueologia. Fonte: Archi 5, 2017.



Figura 22 – Vista frontal do conjunto de edificações da Praça da Matriz, com os dois casorões na extremidade esquerda, que serão estudados. Foto: Soares, 2018.





Figura 23 – Vista de cima do conjunto de edificações da Praça da Matriz, com a indicação do quintal. .  
Foto: Soares, 2018.

A implantação das edificações segue o padrão da arquitetura colonial maranhense, enquadrando-se na disposição típica de sobrados de esquina e de centro de quadra, e representam perfeitamente os aspectos tipológicos das obras erigidas pela aristocracia maranhense, entre o final do século XVIII e início do século XIX. São compostos de dois pavimentos e mirante, com área total construída de 970,56 m<sup>2</sup> implantados em terreno com 567,03 m<sup>2</sup> no sobrado nº 7, e 535,95 m<sup>2</sup> de área construída, implantados em terreno com 426,23 m<sup>2</sup> no sobrado nº 15.

O sobrado nº 7, localizado na esquina, organiza-se com uma planta em C, utilizando a fachada mais estreita, frontal à Praça da Matriz, como fachada nobre com acréscimos decorativos em relevo de massa, e a lateral mais extensa como secundária, inclusive com tratamento diferenciado em relação à frequência, dimensão e acabamento dos vãos. A edificação abre-se para o logradouro em toda a sua fachada nobre e em metade da fachada lateral, através de vãos uniformes em altura e largura. O acesso central, ou seja, a porta que abre para o vestíbulo não é diferenciada das restantes de forma perceptível.

*[Handwritten signature]*

O sobrado nº 15 é um típico sobrado com mirante de planta retangular e tendo sido construído provavelmente uma geração após o primeiro, apesar de possuir idêntica modenatura e tratamento dos vãos com cantaria de lioz, não possui os elementos decorativos na fachada presentes no primeiro. A edificação abre-se para o logradouro em toda a sua fachada, através de vãos uniformes em altura e largura. O acesso central, ou seja, a porta que abre para o vestíbulo não é diferenciada das restantes de forma perceptível.

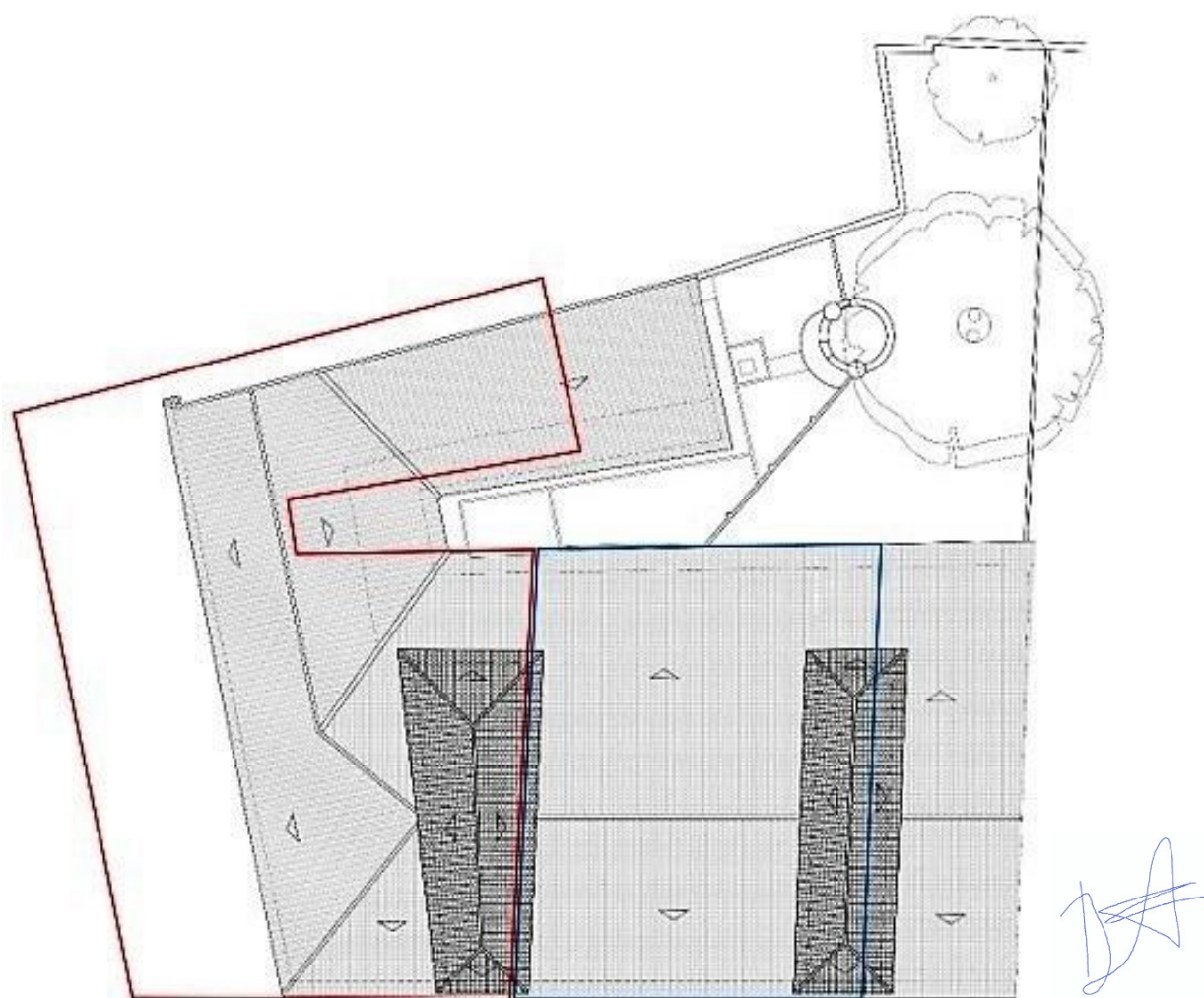


Figura 24 - Planta de telhado dos sobrados, indicando a tipologia de implantação. Fonte: Archi 5, 2017.

Ambos os sobrados possuem quintais no fundo do lote, para os quais abrem suas amplas varandas, e dividem um poço em comum, o que parece indicar que não havia à época de sua primeira ocupação separação entre ambos. Esta constatação reforça a hipótese mais aceita de tratar-se a habitação da esquina a moradia do Barão de São Bento, que teria construído as demais para moradia de suas filhas. Por outro lado, o próprio desenho do quintal do sobrado de nº 15, assim como a tradição de



implantação dos sobrados maranhenses de centro de quadra, discutidos no capítulo anterior, parece indicar a hipótese da existência de uma edícula de trabalho nos fundos do lote, provavelmente feita em taipa, e por isto desaparecida. Tal hipótese deverá ser fruto de investigação arqueológica a ser tratada na Avaliação do Potencial Arqueológico.

Neste sentido, uma das questões norteadoras da pesquisa arqueológica é a identificação e caracterização de estruturas edificadas nos quintais dos casarões, especialmente àquelas que estejam em subsuperfície.



Figura 25 - Vista dos quintais a sere trabalhados a partir da varanda do MCHA. Foto: L. Ruiz, 2017.



Figura 26 – Vista do quintal térreo do Casarão nº 7. Foto: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 27 – Vista do quintal térreo do Casarão nº 15. Foto: Arkley Bandeira, 2018.

*[Assinatura manuscrita]*





Figura 28 – Vista do poço que fica na divisão dos dois quintais. Foto: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 29 – Vista do muro que divide os dois quintais. Foto: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 30 – Vista do quintal do Sobrado nº 15. Foto: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 31 – Vista do quintal do Sobrado nº 15. Foto: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 32 – Vista do muro que divide os dois quintais. Foto: Arkley Bandeira, 2018.



Figura 33 – Vista do quintal do Sobrado nº 7. Foto: Arkley Bandeira, 2018.

*Archi5*



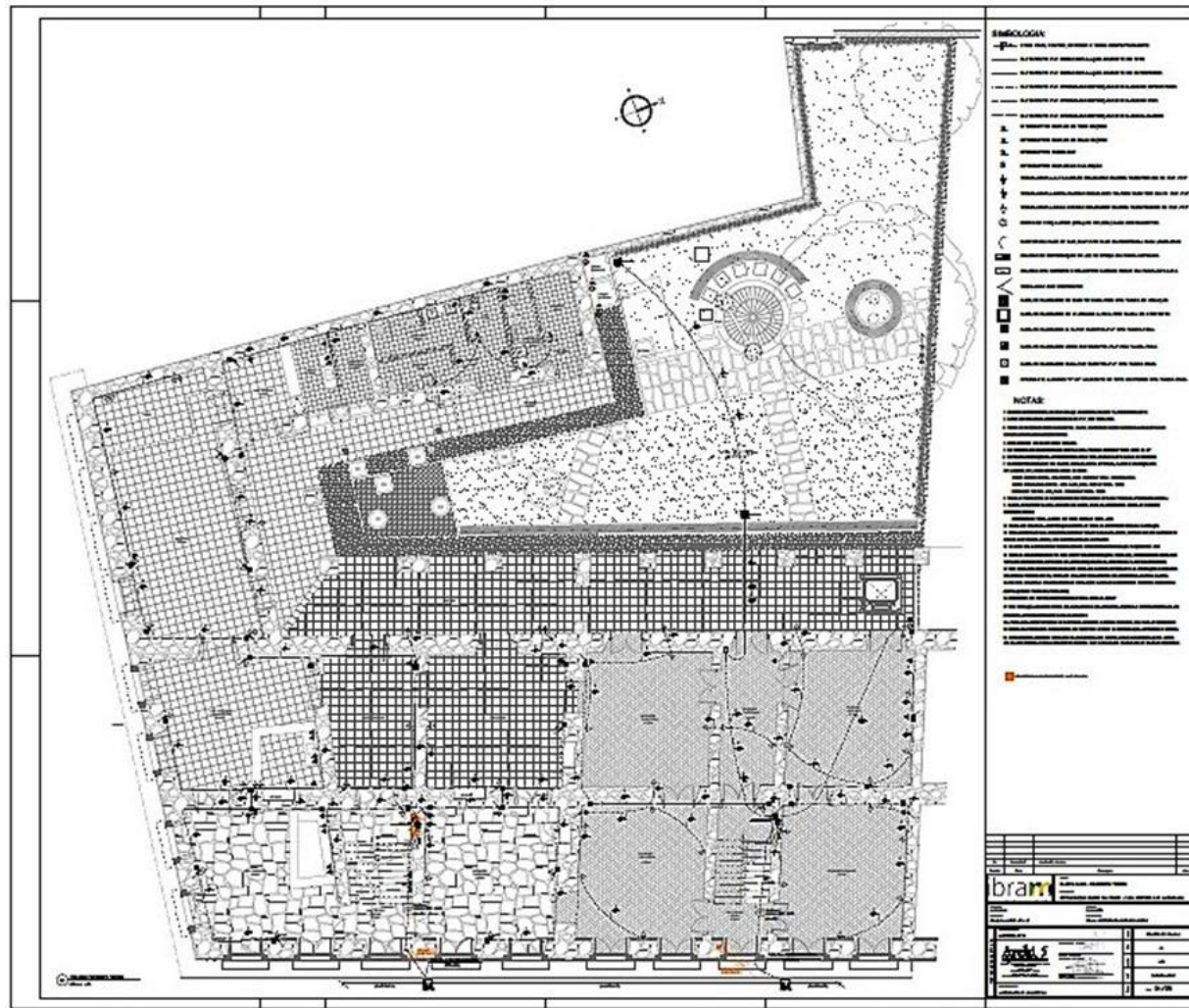


Figura 34 – Planta baixa dos quintais dos sobrados nº 7 e nº 15. Fonte: ARCHI 5, 2017.

Em relação aos possíveis usos que poderão dar muitas indicações para as pesquisas arqueológicas, tratam-se de dois patriarcais, onde diversas atividades se conjugam no mesmo espaço. O primeiro andar abrigava os domínios do trabalho, em contato com o mundo exterior. No segundo andar, ficavam os espaços íntimos dos membros da família. Os sobrados possuem ainda um mirante, que permite uma ampla circulação de ar por toda a residência e espaço que tinha funções estratégicas: abrigava viajantes, segregando-os do contato com a família, isolava os doentes e era ainda usado como posto de observação privilegiado, dando a ver a movimentação de embarcações no porto da cidade e também a vida social na praça. Outro importante espaço da casa era o pátio interno, onde se desempenhavam as atividades diárias da pequena indústria doméstica necessária ao sustento material da vida.



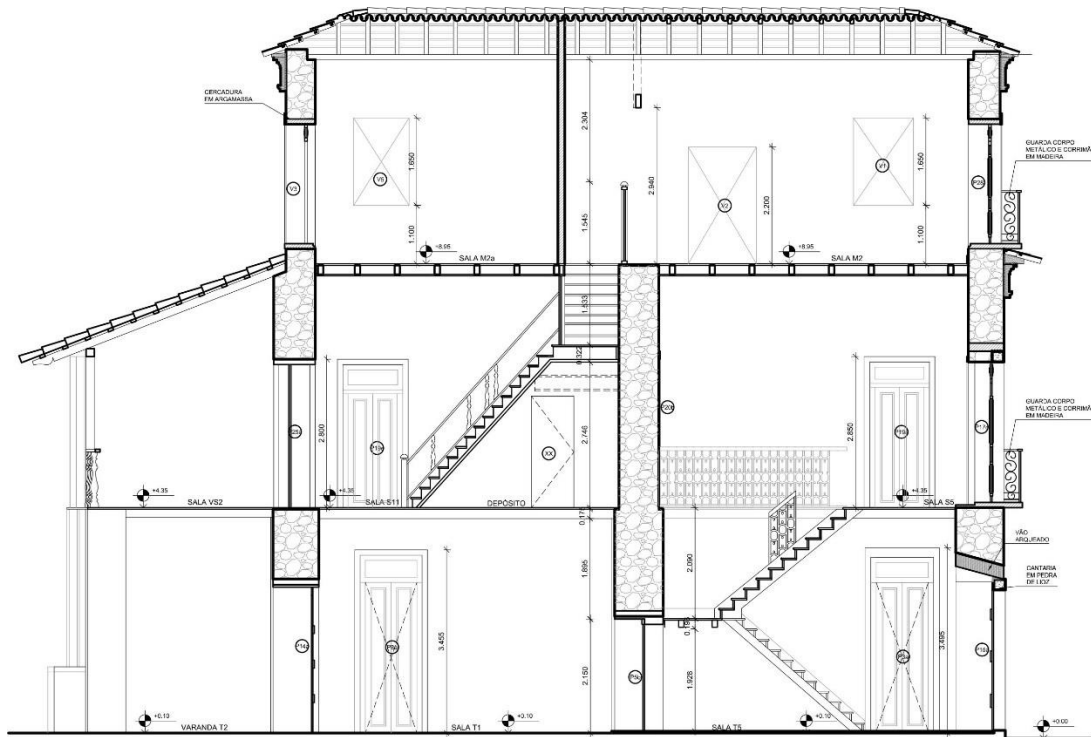


Figura 35 – Corte Transversal do sobrado nº 15. Fonte: ARCHI 5, 2017.

No caso do sobrado nº 7, a escravidão deixou também suas marcas no edifício: as senzalas, espaços específicos para abrigar e confinar os escravos, conjugam-se no sobrado nos dois andares. No de baixo, ficavam os escravos de fora, os que exerciam atividades na rua, no porto e no eito. No andar superior, as acomodações eram para os escravos domésticos, os que mantinham contato cotidiano com o universo privado da família.

As plantas baixas do pavimento térreo e do pavimento superior são idênticas, ou seja, estão compostas de quatro salas, que ladeiam o hall da escada principal voltado para a Praça da Matriz; uma pequena sala posterior de formato retangular no pavimento térreo; e o hall de escada posterior no pavimento superior, que leva ao mirante. As salas voltadas para o pátio interno se interligam com as varandas. Acrescentando a este esquema que se repete nos 3 sobrados, o de esquina constrói sua forma em C através de uma grande sala lateral que se repete no andar superior e se conectam com os espaços ao fundo do lote. Atualmente esse volume traseiro está dividido em três espaços no pavimento térreo.

*[Handwritten signature]*

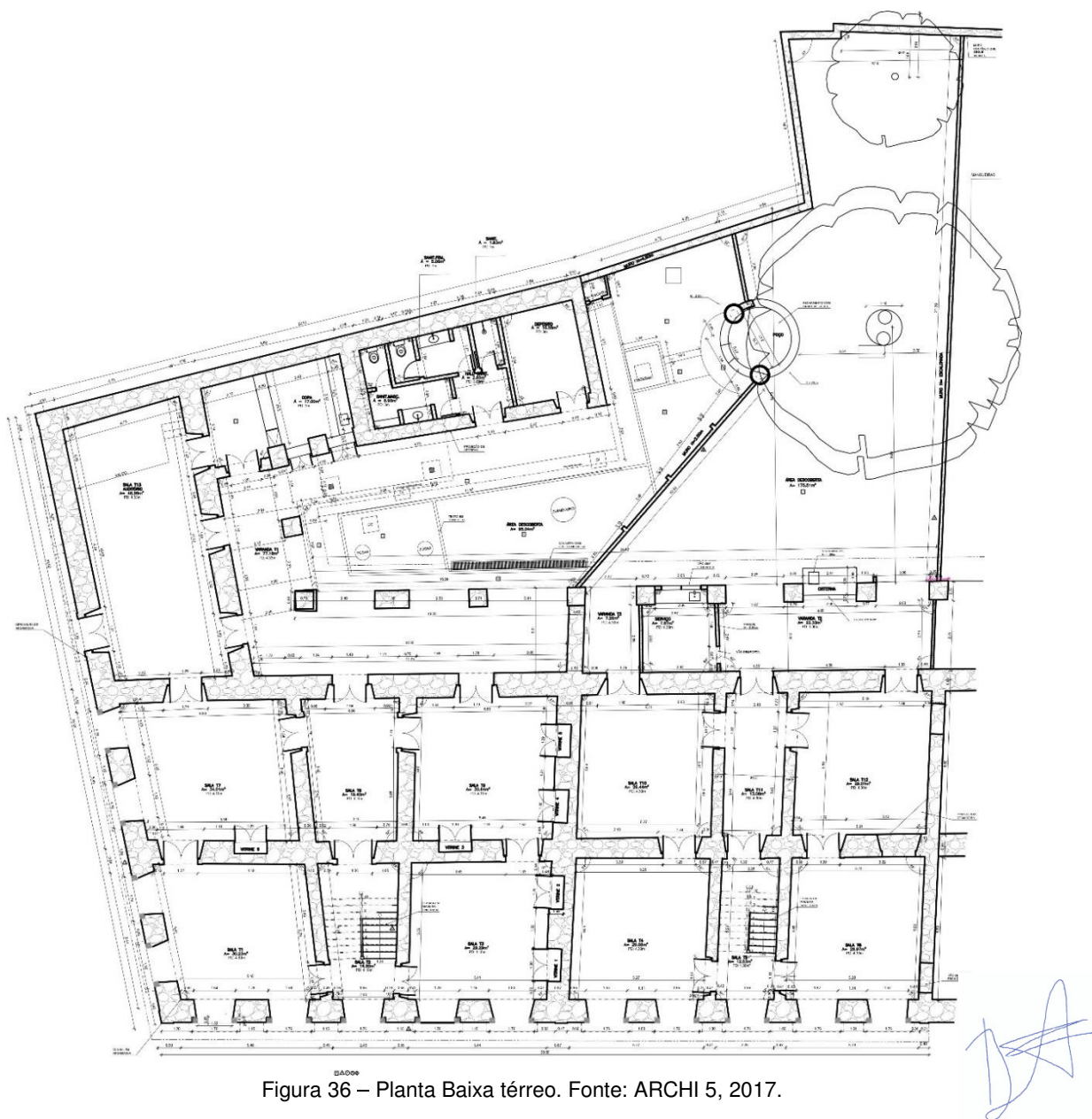


Figura 36 – Planta Baixa térreo. Fonte: ARCHI 5, 2017.

Uma das mudanças já perceptível nas plantas das edificações indica uma transformação importante com o fim do sistema escravagista e a mudança de propriedade dos imóveis, quando são comprados por Antonino da Silva Guimarães, em 1893. O térreo é ocupado por uma série de atividades industriais e comerciais, inclusive uma botica de manipulação na esquina da Rua das Mercês, um armazém e oficinas de artífices diversos, mantendo-se o pavimento superior como moradia, mas não necessariamente apenas do núcleo da família proprietária, mas também da família expandida, agregados e empregados de suas propriedades rurais.



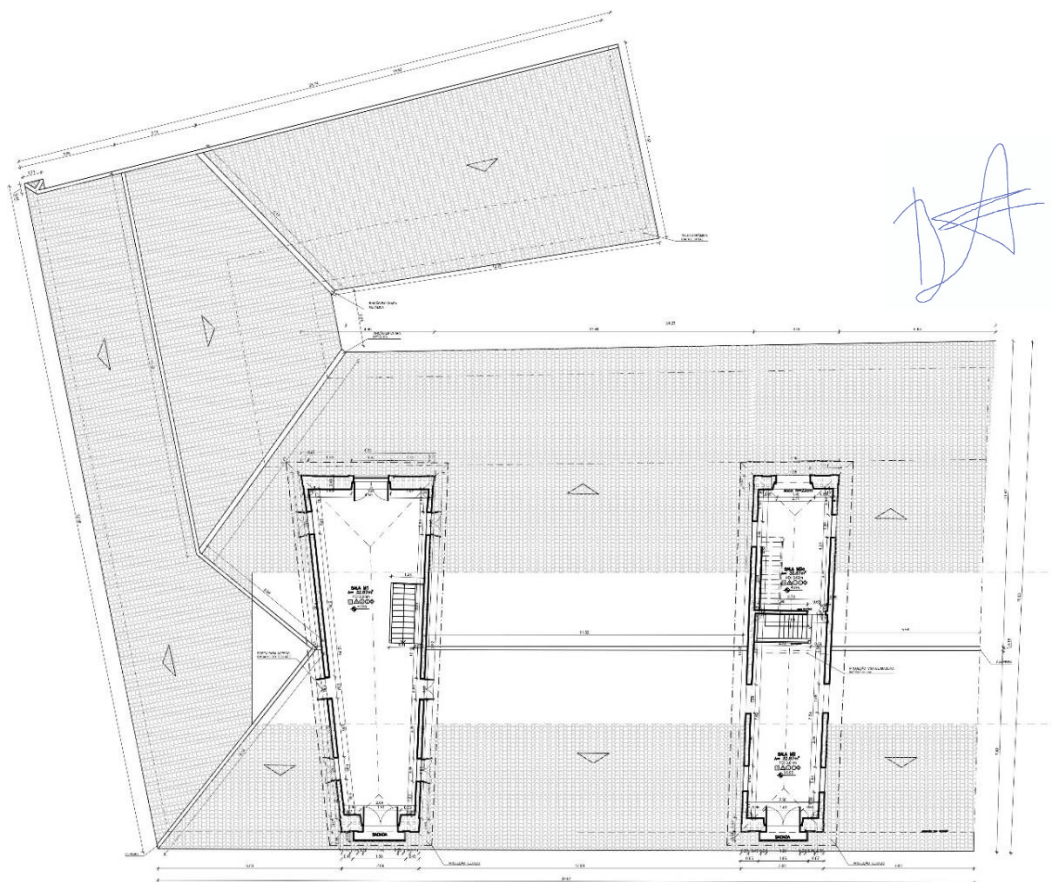


Figura 37 – Planta Baixa Mirante. Fonte: ARCHI 5, 2017.

Posteriormente, ao longo do século XX, no sobrado nº 7, antes da desapropriação pelo governo, as atividades comerciais e de manufatura se expandiriam também para o andar superior e uma série de divisões internas, escadas e inclusive um alçapão entre a área de depósito do andar térreo e o andar superior foram incorporadas. Todas estas adições espúrias foram removidas na restauração executada pelo IPHAN a partir da década de 90.

A ocupação dos diversos ambientes variou no tempo desde a abertura do museu, estando hoje organizado da seguinte forma: a sala térrea de esquina funciona como área de acolhida do museu, enquanto a outra sala térrea, orientada para a praça, está organizada como uma brinquedoteca para a comunidade. A sala contígua e aberta para os fundos é a única do térreo ainda utilizada para exposições. A pequena sala após o vestíbulo e a sala que se abre para a Rua das Mercês contígua à recepção são utilizadas para atividades administrativas, enquanto a grande sala, com apenas uma porta para a rua das Mercês, é um auditório. Nas três salas ao fundo do lote no pavimento térreo, foram instaladas uma cozinha, um depósito e sanitários masculino e feminino. No pavimento superior, todos os ambientes funcionam como área de



exposição, à exceção das duas pequenas salas ao fundo, utilizadas uma como reserva técnica e outra como área administrativa.

Já o sobrado nº 15 encontra-se hoje abandonado, e o único elemento a chamar a atenção é o fechamento espúrio em alvenaria de tijolo cozido furado de parte da varanda térrea que foi transformada em cozinha, e de uma caixa d'água em tijolo de barro cozido, revestida internamente de azulejo branco 15x15. De resto os ambientes encontram-se íntegros e foram ao longo do tempo alternadamente apropriados para uso institucional, comercial ou residencial. O andar térreo possui pinturas a indicar que seu último uso foi de cunho comunitário associativo.

Como decorrência desse processo percebe-se apenas duas alterações significativas, além dos elementos espúrios acima mencionados; o fechamento de vãos que interligavam os sobrados nº 15 e nº 25 construídos posteriormente para as filhas do Barão, em alvenaria de pedra com as características tectônicas muito próximas das observadas nas paredes originais e a incrustação de prateleiras de madeira junto ao ângulo das paredes de uma sala térrea do sobrado nº 15.

Em relação aos pisos inferiores, cuidados especiais deverão ser tomados, sobretudo, quando envolver a remoção de ladrilhos e lajotas ou na realização de escavações, a exemplo da implantação do fosso do elevador. Nesses casos, a caracterização arquitetônica também auxiliou previamente a pesquisa arqueológica.

O piso do andar inferior do sobrado nº 7 é revestido de pedras de lioz em formato de lajões em todos os ambientes que abrem para a Praça da Matriz. O restante do pavimento está revestido com lajotas de barro modernas, com aproximadamente 30 x 30 cm, instaladas quando do restauro da década de 1990.



Figura 38 - Piso em lajões de lioz, térreo do MCHA. Foto: B. Fernandes, 2017.



Figura 39 - Piso em lajotas de barro, térreo do MCHA. Foto: B. Fernandes, 2017.



As áreas molhadas, cozinha e sanitários, localizados no térreo são revestidos em ardósia no formato quadrado nas dimensões de 20 x 20 cm, executada na mesma obra de restauro. O depósito, anteriormente revestido com lajota de barro no restauro da década de 90, foi reconstruído na obra emergencial de 2016, em cerâmica esmaltada brilhante padrão madeira, em total desacordo com o restante do tratamento.



Figura 40 - Piso em ardósia, sanitários do MCHA. Foto: B. Fernandes, 2017.

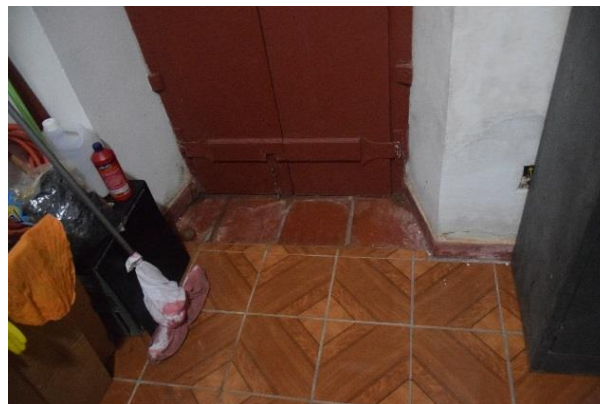


Figura 41 - Piso em cerâmica esmaltada, depósito do MCHA: Foto: B. Fernandes, 2017.

O sobrado nº 15 possuía seu andar inferior integralmente revestido com ladrilhos de barro cozido, de formato retangular ou quadrado, como era tradição na arquitetura da época. Atualmente, em alguns ambientes o revestimento foi integralmente arrancado, e o piso encontra-se em terra batida.



Figura 42 - Piso térreo do sobrado nº15. Foto: B. Fernandes, 2017.



Figura 43 - Piso térreo do sobrado nº 15 mostrando piso em terra batida. Foto: B. Fernandes, 2017.

*[Handwritten signature]*

## 5 RECOMENDAÇÕES

De acordo com o exposto nesse relatório é inegável a importância da arqueologia associada as intervenções restaurativas nos Sobrados que formam o Museu Casa Histórica de Alcântara, fato justificado pela importância das edificações para a história da cidade e o próprio potencial arqueológico da região. Portanto, a participação da arqueologia em todas as fases do projeto agregará mais conhecimento para a história e memória de Alcântara, qualificando os trabalhos a serem realizados.

Não obstante, algumas recomendações deverão ser seguidas para que a matriz arqueológica permanece intacta até o seu estudo, conforme se seguem:

Nas situações que exijam intervenções em cotas negativas (escavação de fossos, sondagens de piso, remoção de pisos rebaixamento de nível, escavação de canaletas, etc.) só poderão ser feitas mediante ao acompanhamento do arqueólogo ou de sua equipe. Caso haja tempo hábil a recomendação é que a área seja escavada antes pela arqueologia liberando-a para a intervenção de engenharia;

Nos quintais, a priorização é realizar sondagens arqueológicas nas áreas prioritárias para sofrerem intervenção, sobretudo em canaletas, redes de coleta de água, esgotos, fossos, etc., liberando-as para as áreas de engenharia;

Nas áreas dos quintais que não sofrerão ações interventivas, recomenda-se que a pesquisa arqueológica se estrutura para responder questões-problemas sobre a história das edificações, a exemplo da identificação de estruturas soterradas, antigas oficinas de trabalho, etc.

Em áreas internas ou externas onde ocorrerá escavações mais profundas, recomenda-se atenção especial a mudança de coloração e consistência do sedimento, que poderá indicar a presença de outros períodos de ocupação, inclusive, do período colonial, a exemplo de sambaquis e sítios lito-cerâmicos de grupos Tupi.

Por fim, sugere-se com a indicação auxiliada pelos arquitetos que sejam feitas algumas prospecções no interior do Sobrado nº 15, com vistas a averiguar mudanças, alterações, inclusões nos métodos construtivos e na planta da edificação.







Figura 44- Área a ser trabalhada arqueologicamente. Foto: Soares, 2018.

## 6 ENCAMINHAMENTOS

Elaboração de um Projeto de Pesquisa Arqueológica para solicitação de permissão ao IPHAN para solicitação de autorização para realização de escavações, prospecções e sondagens em setores das edificações, objetivando ampliar as informações históricas da área, a partir da caracterização da cultura material evidenciada e da observação dos diferentes aspectos construtivos realizados no decurso de séculos em que a edificação esteve em funcionamento.

Os métodos arqueológicos a serem definidos no Projeto de Portaria, deverá alcançar os seguintes resultados:

- ✓ Levantar e analisar as referências acerca dos dados históricos e arqueológicos das edificações;
- ✓ Caracterizar a superfície da área ser escavada antes das intervenções arquitetônicas e arqueológicas;





- ✓ Identificar nas plantas, levantamentos topográficos e planialtimétricos possíveis áreas com a probabilidade de existência de estruturas, ruínas, concentrações de materiais, etc.
- ✓ Realizar coletas sistemáticas de vestígios arqueológicos em toda a área, com a realização de mapeamentos das concentrações coletadas;
- ✓ Registrar todas as etapas de pesquisa, mapeando estruturas, ruínas, plantas baixas, concentrações de materiais, etc., assim, como as áreas escavadas;
- ✓ Realizar a análise quantitativa e qualitativa do material arqueológico encontrado.

Ao término da pesquisa arqueológica, deverão ser alcançadas as seguintes informações:

- ✓ Registro descritivo de todos os procedimentos realizados pela equipe que realizou os trabalhos;
- ✓ Garantia de preservação dos bens arqueológicos incorporados à memória nacional.
- ✓ Destaque sobre a alta relevância arqueológica para futuros estudos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. M. de. Memória para a história do extinto Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, Tipografia do Comércio de Brito e Braga, 1860.
- APEM – Arquivo Público do Estado do Maranhão. Livro de Registro dos Assentos, Despachos e Sentenças da Junta das Missões (1738 – 1777). Livro n. 01, de 1738. São Luís – MA.
- ARCHI 5. Relatório de análise tipológica, sistema construtivo e prospecções do Museu Casa Histórica de Alcântara e Anexo. Alcântara: IBRAM, 2017.
- AZEVEDO SILVA, J. M. O modelo Pombalino de colonização da Amazônia. Lição proferida em 9 de maio de 2002. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2002.
- COELHO, E. M. B. A política indigenista no Maranhão Provincial. São Luís: SIOGE, 1990. 136 p.
- D'ABBEVILLE, C. História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e circunvizinhanças. São Paulo: Siciliano, 2002.
- DAHER, A. O Brasil francês – as singularidades da França Equinocial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- DEEGAN, Kathleen. Líneas de investigación en arqueología histórica. Vestígios – Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica. Laboratório de Arqueologia – FAFICH/UFGM, V. 1. N. 2. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- D'ÉVREUX, Y. de. Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Siciliano, 2002.
- FUNARI, Pedro P. A. Mixed features of archaeological theory in Brazil. In Theory in Archaeology a world perspective. Peter J. Ucko (ed.) New York e London: TAG Routledge, 1995, p. 236-205.
- \_\_\_\_\_. Teoria e arqueologia histórica: a América Latina e o Mundo. Vestígios – Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica. Laboratório de Arqueologia – FAFICH/UFGM. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.
- FUNARI, Pedro P. A. et. al. (Orgs.). Arqueologia histórica, memória e patrimônio em perspectiva multidisciplinar: contribuições da arqueologia histórica, literatura, arquitetura e urbanismo. Pelotas: IMP, LEPAARQ/UFPel, 2009.
- GEERTZ, C. Nova luz sobre a antropologia. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- IPHAN. Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) Consultado em 15 de fevereiro de 2018.



LOPES, R. Antropogeografia. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1956. (Edição fac-similar comemorativa ao centenário de fundação da Academia Maranhense de Letras, São Luís: AML, 2007).

LOPES DA CUNHA, A. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3. ed. rev. e ampl. São Luís: Edições AML, 2008. Notas em MARQUES, C. A.

MARANHÃO. Livro de registro de assentos, despachos e sentenças que se determinaram em cada junta das Missões na cidade de São Luís do Maranhão (1738-1777). São Luís: APEM.

MARQUES, C. A. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. 3. ed. rev. e ampl. São Luís: Edições AML, 2008.

MENEZES, U. B. Identidade cultural e patrimônio arqueológico. Revista do Patrimônio. Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 20, 1984.

NAJJAR, R. NAJJAR, Rosana. Projeto de pesquisa da Igreja de São Lourenço dos Índios. Rio de Janeiro: Assessoria de Arqueologia/6ª SR/IPHAN, 2000.

\_\_\_\_\_. Construtores de igrejas: um estudo arqueológico da presença da Companhia de Jesus no litoral brasileiro. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. Arqueologia no Pelourinho. Brasília: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

ORSER JR., Charles E. Introducción a la arqueología histórica. Buenos Aires: Asociación Amigos Del Instituto Nacional de Antropología, 2000.

PFLUEGER, Grete. De Tapuitapera A Villa D'alcantra: composição urbana e arquitetônica de Alcântara no Maranhão. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2002.

RATHJE, W.L., W.W. Hughes, D.C. Wilson, M.K. Tank, G.H. Archer, R.G. Hunt, and T.W. Jones 1992. The Archaeology of Contemporary Landfills. American Antiquity 57(3) 437-447.

SÃO LUÍS Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem. Ed. Bilingue. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008, 448p.

SANTOS, Paulo Ferreira. Formação de cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SOUZA, A.M. Dicionário de arqueologia. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SOUTH S. Method and theory in historical archaeology, New York, Percheron Press, 2002.

TERRAGRAPH. Diagnóstico Arquitetônico, Urbanístico e Histórico do Forte São Sebastião Alcântara – MA. Alcântara, 2008.



TRIGGER, Bruce G. História do pensamento arqueológico. Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

ZARANKIN, Andrés & SALERNO, Melisa A. El Sur por el Sur: una revisión sobre la historia y desarrollo de la arqueología histórica en América meridional. Vestígios – Revista Latino Americana de Arqueologia Histórica. Laboratório de Arqueologia – FAFICH/UFMG. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

VAZ, L. G. D.; VAZ, D. D. B. Vila do Vinhais: segunda povoação do Maranhão? Publicado em O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 31 de julho de 1994, Domingo, Caderno Alternativo, p. 28.